Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO SÃO PAULO

São Paulo, Quarta-feira, 28 de Outubro de 2026 | www.correiodamanhasp.com.br | Ano CXXV Nº 25.132 | R$ 5,00

Lula já desafiou uma Suprema Corte e resgatou uma ex-primeira-dama condenada

MAGNAVITA - PÁGINA 15

Saída de Flávio Bolsonaro do País foi para evitar Moraes, dizem aliados

Aliados avaliam que Alexandre de Moraes planejava prender Flávio Bolsonaro para usar como moeda de troca e evitar um impeachment no Senado.

CAPPELLI - PÁGINA 14

TARCÍSIO AGRADECE FLÁVIO E COBRA LULA



PAULO GUERETA/GOVERNO DO ESTADO SP

Governador reeleito Tarcísio de Freitas se manifestou dois dias após a vitória de Lula nas urnas

Em vídeo nas redes sociais, Tarcísio agradeceu Flávio, criticou a condução do processo eleitoral e defendeu uma oposição fiscalizadora ao governo federal: "Obrigado, Flávio, por caminhar com a gente. Foi incrível essa caminhada"

PÁGINA 3

Fiesp debate política externa e comércio após eleição

PÁGINA 4

PAULO PINTO/ARQUIVO/AGÊNCIA BRASIL



Abstenção no segundo turno diminuiu em todas as cidades da região

Abstenção recua nas 39 cidades da Grande SP

O total de eleitores ausentes passou de 3.713.715 no primeiro turno para 3.248.200 no segundo turno, uma redução de 465.515. Só a capital paulista concentrou 59,3% dessa diferença registrada.

PÁGINA 19

Reforma tributária: Kim pede audiência do tema

O deputado federal reeleito, Kim Kataguiri (Missão-SP) apresentou, nesta terça-feira, requerimento para realizar audiência pública na Comissão de Finanças.

PÁGINA 3

MP apura declarações de Pavanato sobre minorias

O MP-SP abriu inquérito para apurar possível discriminação e incitação ao ódio em declarações do vereador Lucas Pavanato (PL), eleito deputado federal.

PÁGINA 4

Nunes: 71% dos ônibus circularam no 2º turno

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou nesta terça-feira (27) que São Paulo teve 8.814 ônibus em circulação no segundo turno das eleições, no domingo (25).

PÁGINA 4

Investimento: R$ 960 milhões em piscinões na Grande SP

O Governo investiu R$ 960 milhões na implantação de cinco piscinões contra impactos das chuvas na Grande SP.

PÁGINA 19

TALES FARIA

PL QUER MANTER O BOLSONARISMO SEM BOLSONARO

PÁGINA 2

EDITORIAL

O FUTURO POLÍTICO DE ISRAEL E DE NETANYAHU

PÁGINA 2

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

PL quer manter o bolsonarismo sem os Bolsonaro

Os caciques originários do PL não admitem publicamente, mas estão felizes da vida com a fuga do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para os Estados Unidos depois da derrota na eleição presidencial. Agora eles estão livres para realmente comandar a sigla.

Já na segunda-feira, 26, contrariando manifestação do senador Flávio Bolsonaro (PL), o PL reconheceu a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa. Flávio havia afirmado, um dia antes, ser "impossível reconhecer" o resultado. Ele anunciou que pediria a anulação do pleito.

Mas em sua nota, quando insistiu em reconhecer "o resultado presidencial" proclamado pelo Tribunal Superior Eleitoral, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, usou um tom diferente. Declarou em nota pública que o partido seguirá atuando "com responsabilidade, transparência e respeito às instituições".

Já na terça-feira Valdemar começou a preparar o partido para funcionar livre do jugo do clã Bolsonaro. Se Flávio fosse eleito, manteria o controle total sobre a sigla com o argumento de que a legenda teve um "excelente resultado" nas urnas graças ao patrimônio eleitoral de seu pai, Jair Bolsonaro. O PL elegeu bancadas de 121 deputados federais. 29 senadores, 229 deputados estaduais e distritais, além de seis governadores.

No entanto, o ex-presidente está inelegível e condenado a 27 anos de prisão pela tentativa de golpe de estado. Seu outro filho com alguma projeção política, Eduardo Bolsonaro, também está exilado nos EUA. Os três não têm condição de comandar a legenda à distância.

Sobrou no Brasil, com destaque na política, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que não mantém um bom relacionamento com os filhos do ex-presidente. Mas ela se dá bem com Valdemar Costa Neto e nunca disputou o comando do partido com ele. Nesta terça-feira, 27, Valdemar fez questão de se encontrar com a ex-primeira-dama. Discutiram reservadamente a estratégia de ambos na ausência de Flávio, Eduardo e do próprio chefe do clã.

Valdemar também promoveu uma reunião com outros integrantes da cúpula da sigla. Ouviu reclamações pelo fato de o candidato derrotado não ter comunicado a nenhum deles sua intenção de fugir. A opinião generalizada era de que ele devia ter permanecido no país para a sigla se beneficiar dos 60 milhões de votos obtidos no segundo turno das eleições, atraindo outras legendas para sua área de influência na oposição.

Ao deixar a reunião, o senador Rogério Marinho (PL-RN), que coordenou a campanha eleitoral de Flávio, admitiu ter sido surpreendido pelo candidato derrotado à Presidência, que só lhe mandou uma mensagem afirmando que desejava "dar um tempo".

O partido sempre foi dividido entre filiados originais à legenda, considerados mais moderados, e aqueles que só vieram por causa do clã Bolsonaro, tidos como radicais.

Reservadamente, um dos integrantes originais da sigla afirmou: "A sensação é de que fomos traídos. Toda vez que eles tomam alguma decisão importante, ignoram quem não é da família."

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

A fuga de Flávio e o 'fico' de Lula

Caso confirmada sua fuga para os Estados Unidos, Flávio Nantes Bolsonaro, brasileiro, casado, advogado, senador da República, residente e domiciliado no Distrito Federal, terá sido o quarto político do PL a, no exercício de mandato parlamentar, dar bye, bye, Brasil para escapar da Polícia Federal.

Ele é investigado em dois inquéritos por suspeita de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção e organização criminosa. Seus antecessores neste tipo de escapada são os ex-deputados federais Eduardo Bolsonaro, Alexandre Ramagem e Carla Zambelli.

Seu pai, Jair Messias Bolsonaro, brasileiro, casado, militar aposentado, ex-presidente da República, residente e domiciliado no Distrito Federal, onde cumpre pena por tentativa de golpe de Estado, cometeu duas prováveis tentativas de fuga: em 2024, passou o Carnaval na embaixada da Hungria; no ano seguinte, buscou, com um ferro de solda, romper a tornozeleira eletrônica.

Caso confirmada — o que não havia sido feito até o início da noite de ontem —, a fuga do homem que, domingo, recebeu a confiança de quase 60 milhões de brasileiros, ocorreu menos de 24 horas depois de ele ser notificado pela Justiça da proibição de viajar para o exterior. Ele se comprometeu a entregar seus dois passaportes, o normal e o diplomático, e garantiu que não deixaria o Brasil.

O vencedor do primeiro turno da eleição presidencial tem seus motivos para desconfiar da atuação de Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que determinou as medidas contra ele. O ministro foi relator dos processos contra os golpistas, propôs penas pesadas.

Assim como Flávio, Moraes é suspeito de ter recebido vantagens do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, tem boas chances de ser alvo de um processo de impeachment na próxima legislatura do Senado. Para bolsonaristas, ao tomar medidas contra o primogênito de Jair, o ministro criou um fato capaz de lhe servir de moeda de troca.

O senador fluminense tem, portanto, o direito de duvidar de Moraes. Mas, como líder político, não poderia fugir do país. Teria que ficar aqui e enfrentar eventuais acusações. Diferentemente do que ocorreu na ditadura tão exaltada por integrantes de sua família, ele, caso condenado e preso, não correria o risco de ser torturado e morto.

Em 19 de março de 2018, 19 dias antes de ser preso, Lula foi a Santana do Livramento (RS). Lá, bastaria atravessar uma rua para chegar a Rivera, no Uruguai, país então comandado pela esquerda.

Na ocasião, o petista disse que poderia "dar um pulo ali", referência a um exílio. Mas acrescentou: "Não dou". Ele enfrentava o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol — depois de abandonarem a carreira jurídica, ambos se aliaram ao bolsonarismo e deixaram ainda mais evidente a aversão a Lula.

Condenado, o petista ficou 580 dias preso, não aceitou que lhe colocassem uma tornozeleira que viabilizaria uma prisão domiciliar. Libertado em 2021, disputou e venceu duas eleições presidenciais. No discurso em Livramento, profetizou: "Mais dia menos dia, quem vai sair do país são meus acusadores".

EDITORIAL

O futuro político de Israel e de Netanyahu

As eleições em Israel colocam em discussão não apenas a permanência de Benjamin Netanyahu no poder, mas também os rumos políticos de um país marcado por guerras, divisões internas e incertezas sobre o futuro do Oriente Médio. Depois de sete mandatos como primeiro-ministro, distribuídos por diferentes períodos, o líder do Likud enfrenta uma das disputas mais importantes de sua trajetória, sob o peso das consequências dos conflitos recentes e do desgaste de sua imagem pública.

A longevidade de Netanyahu resulta de sua habilidade para formar alianças, mobilizar setores conservadores e explorar as preocupações da sociedade israelense com a segurança nacional. Sua trajetória, entretanto, também está associada a controvérsias judiciais, conflitos institucionais e questionamentos sobre a condução da guerra em Gaza, iniciada após os ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023.

O resultado das urnas não representa apenas uma avaliação do desempenho do primeiro-ministro. Está em jogo a capacidade do país de rever suas prioridades sem ignorar as ameaças à segurança de sua população. Para seus apoiadores, Netanyahu reúne experiência para enfrentar adversários externos. Para os críticos, os acontecimentos dos últimos anos reforçaram a necessidade de responsabilização política e de mudanças na condução do governo.

As pesquisas de boca de urna divulgadas após a votação indicam uma disputa sem maioria parlamentar claramente definida. A oposição, liderada pelo ex-chefe militar Gadi Eisenkot, aparece em condições de disputar a formação do próximo governo, mas a fragmentação partidária torna incerto o desfecho. Em Israel, vencer nas urnas não basta: é necessário construir uma coalizão capaz de reunir pelo menos 61 dos 120 deputados do Parlamento.

Esse mecanismo pode prolongar a influência de Netanyahu, mesmo diante de um resultado desfavorável, caso seus adversários não consigam superar divergências e formar uma maioria estável. A participação dos partidos árabes e as negociações com legendas menores poderão ser determinantes para definir quem governará o país.

A eventual saída de Netanyahu tampouco significaria, automaticamente, uma mudança radical na política israelense. Segurança, relações com os palestinos e enfrentamento ao Irã continuarão entre os principais desafios, independentemente de quem assuma o comando do governo.

Depois de tantos anos de protagonismo, o futuro político de Netanyahu tornou-se inseparável de uma questão maior: como Israel pretende conciliar segurança, estabilidade institucional e perspectivas de paz? A eleição poderá abrir um novo capítulo, mas a resposta dependerá não apenas do resultado das urnas, como também da capacidade dos futuros governantes de transformar a disputa política em soluções duradouras.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Reforma tributária prevê substituição gradual de impostos até 2033.

Kim pede audiência para debater impactos da reforma tributária

O deputado federal reeleito, Kim Kataguiri (Missão-SP) apresentou, nesta terça-feira (27), requerimento para realizar audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O objetivo é discutir o Projeto de Lei Complementar (PLP) 16/2025, que pretende impedir a inclusão de novos tributos na base de cálculo do ICMS estadual. A proposta envolve o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e a Cofins. Segundo o deputado, a cobrança de ICMS sobre esses tributos poderá elevar a carga tributária durante a transição da reforma, até 2032. A audiência deverá discutir os impactos sobre preços, empresas e arrecadação dos estados. Entre os convidados estão representantes do Ministério da Fazenda, dos estados e do setor de petróleo e gás. A data da reunião ainda não foi divulgada.

Fiesp debate política externa e comércio

O Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp discutiu, na terça(27), os rumos da política externa brasileira e medidas de defesa comercial. O embaixador Rubens Barbosa defendeu uma atuação sem influência partidária, com atenção às relações com EUA e China. Já Felipe Hees, do Itamaraty, propôs mecanismos baseados em critérios de volume e preço para responder ao aumento das importações. O encontro também abordou a necessidade de transparência nas negociações comerciais e de proteção à indústria nacional.

EVERTON AMARO



Reunião discute cenário externo e medidas de defesa comercial.

Entregas de livros didáticos em braille

A senadora Mara Gabrilli (PSD) apresentou projeto de lei que obriga a entrega de materiais didáticos em braille ou formatos acessíveis e adaptados ao mesmo tempo que os livros destinados aos demais estudantes. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e abrange todas as etapas da educação básica. Segundo a parlamentar, alunos cegos ou com baixa visão chegam a receber os materiais meses após o início das aulas. O texto, que ainda precisa ser aprovado no Senado e na Câmara, busca garantir igualdade de condições no ensino.

Banco Master fará leilão de bens em SP

O Banco Master e a Will Financeira, em liquidação extrajudicial, realizarão um leilão on-line de bens em 9 de novembro, a partir das 9h30. O edital foi publicado nesta terça-feira (27) no Diário Oficial de São Paulo. Os lotes serão vendidos no estado em que se encontram, sem garantia aos compradores. A relação dos bens e os lances iniciais devem ser consultados na plataforma Kwara, responsável pelo leilão.

Derrite critica Lula

O senador eleito Guilherme Derrite (PP-SP) criticou a campanha de Lula (PT) após a derrota de Flávio Bolsonaro (PL). Em vídeo, acusou os adversários de usar a máquina pública e disseminar notícias falsas, sem apresentar provas. Derrite afirmou que atuará no Senado para fiscalizar o governo e defender mudanças nas leis de segurança pública.

Contas de Tarcísio 2025

O deputado Luiz Claudio Marcolino (PT) anunciou voto contrário à aprovação das contas de 2025 do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na Comissão de Finanças da Alesp. O parlamentar aponta falta de transparência nos benefícios fiscais e problemas na gestão de recursos públicos. O relator Fábio Faria de Sá (Podemos) defendeu a aprovação.

Licença médica

O deputado estadual Marcelo Aguiar (PL), envolvido em um episódio em que disparou uma arma dentro de um bar e atingiu o apresentador Fred Bruno, solicitou licença médica remunerada de duas semanas à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O afastamento permite que o parlamentar continue recebendo salário durante o período.

Mais um feriado nacional

A deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP) apresentou o Projeto de Lei nº 5.658/2026, que estabelece feriado nacional na segunda-feira seguinte às eleições, incluindo primeiro e segundo turnos. A proposta busca facilitar o retorno de eleitores que viajam para votar e evitar faltas ao trabalho. O texto ainda depende de aprovação do Congresso.

Ponto Facultativo

A Alesp transferiu para sexta-feira (30) o ponto facultativo referente ao Dia do Funcionário Público, celebrado em 28 de outubro. A decisão consta do Ato da Mesa nº 10/2026, de 21 de outubro, que altera o calendário de feriados e pontos facultativos. Com a mudança, não haverá expediente administrativo na Casa na próxima sexta-feira.

Despesas na Educação

A Secretaria da Educação de São Paulo autorizou R$ 7,09 milhões em pagamentos fora da ordem cronológica, conforme comunicado de 26 de outubro. Desse total, R$ 7,07 milhões são recursos do Fundeb. O governo justificou a medida pela necessidade de custear despesas inadiáveis. O documento não identifica os beneficiários nem detalha os serviços.

PAULO GUERETA/GOVERNO DO ESTADO SP



Tarcísio se manifestou dois dias após a vitória de Lula nas urnas

Tarcísio agradece Flávio e cobra responsabilidade do governo Lula

Governador critica processo eleitoral e defende união da direita no Congresso

Da **Redação**

Dois dias após a vitória do presidente Lula (PT) nas eleições presidenciais, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se manifestou nesta terça-feira (27) sobre a derrota do aliado Flávio Bolsonaro (PL).

Em vídeo publicado nas redes sociais, agradeceu Flávio, criticou a condução do processo eleitoral e defendeu uma oposição fiscalizadora ao governo federal. “Obrigado, Flávio, por caminhar com a gente. Foi incrível essa caminhada”, declarou Tarcísio. O governador também agradeceu aos cerca de 60 milhões de brasileiros que votaram no candidato do PL.

Durante o pronunciamento, Tarcísio afirmou que o resultado das urnas não encerra as reivindicações por redução de impostos, controle dos gastos públicos e combate à criminalidade. “A eleição passou, mas não passou o desejo de ministérios com gente técnica e séria, de um governo que corte gastos e tire o peso dos impostos das costas do cidadão”, afirmou.

O governador também criticou a condução da disputa presidencial. Segundo ele, o uso da máquina pública, o lançamento de programas fora do prazo e uma suposta interferência do Judiciário marcaram a eleição. Tarcísio não apresentou provas dessas acusações no pronunciamento. “A eleição passou, mas o país continua fraturado, dividido. E isso exige muita responsabilidade de quem lidera”, declarou.

Ao comentar a reação do mercado financeiro, o governador mencionou a queda da Bolsa, a saída de investidores e a alta do câmbio após a vitória de Lula. Também cobrou atenção às promessas feitas durante a campanha.

Tarcísio defendeu que a direita mantenha a unidade política e fiscalize o próximo mandato presidencial. “Agora é hora de unidade, de uma oposição vigilante, que cobre responsabilidade fiscal”, afirmou.

O governador também atribuiu ao Congresso Nacional um papel na pacificação do país e no funcionamento das instituições, incluindo o Judiciário.

No fim do vídeo, Tarcísio afirmou que continuará concentrado na administração paulista. “Vamos fazer a nossa parte, pelas pessoas e pelo Brasil”, declarou, antes de concluir: “A eleição passou, o Brasil continua.” A mensagem não trouxe nenhum comentário sobre a saída de Flávio do Brasil para os EUA.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

PREFEITURA DE SÃO PAULO



Determinação estabelecia uso de 100% da frota operacional

Nunes declara que 71% dos ônibus circularam no segundo turno

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou nesta terça-feira (27) que São Paulo teve 8.814 ônibus em circulação no segundo turno das eleições, no domingo (25), equivalentes a 71% da frota. A Justiça havia determinado a oferta de 100% da frota operacional dos dias úteis, sob multa de R$ 100 mil ao prefeito e ao presidente da SPTrans. Nunes disse que 3,2 milhões de passageiros foram transportados e atribuiu a diferença ao pouco tempo para convocar motoristas. O PT relatou dificuldades de acesso às urnas e afirmou que só 60% da frota prevista circulava. A Justiça negou o pedido de prisão de dois gestores municipais por falta de elementos concretos de flagrante. O presidente do TRE-SP disse que o monitoramento não identificou insuficiência no transporte, mas ressaltou que cabe à 1ª instância analisar. Concessionárias afirmaram que parte dos motoristas não compareceu.

População cobra verba social e apoio a idosos

Participantes de audiência na Câmara de São Paulo pediram nesta terça-feira (27) mais recursos para áreas sociais no orçamento de 2027. As demandas incluíram atendimento a idosos, saúde mental, acessibilidade e aumento do auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência. A proposta traz R$ 3,1 bilhões para Assistência Social, R$ 123 milhões para a Pessoa com Deficiência e R$ 855,3 milhões para Direitos Humanos e Cidadania. O relator, Marcelo Messias (MDB), disse que os pedidos serão avaliados.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



proposta traz R$ 3,1 bilhões para Assistência Social

Prefeitura amplia verba para subsidiar ônibus

A Prefeitura de São Paulo acrescentou R$ 335,3 milhões ao orçamento dos subsídios dos ônibus municipais. Publicado nesta terça-feira (27), o decreto eleva a R$ 1 bilhão a soma de três reforços autorizados no mês de outubro. Os outros créditos subsidiados foram de R$ 271,8 milhões, no dia 5, e R$ 393,9 milhões, no dia 16. Do novo valor, R$ 284,6 milhões são contribuições correntes e R$ 50,7 milhões, de capital. A autorização amplia o limite orçamentário total, mas não significa que os recursos já tenham sido pagos.

Créditos elevam previsão inicial para o setor

A dotação inicial de 2026, de R$ 6,225 bilhões, somada aos três créditos de outubro chega a R$ 7,226 bilhões. Os acréscimos representam 16,08% da previsão original. A soma não equivale ao orçamento vigente consolidado, pois não inclui outros remanejamentos do ano. Para 2027, a proposta municipal prevê R$ 7,347 bilhões em compensações tarifárias. A execução depende de etapas de empenho e pagamento.

Proteção nos prédios

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de São Paulo debateu nesta terça-feira (27) medidas locais para prevenir crimes em condomínios. Representantes do setor citaram controles de acesso com criptografia e portões de fechamento rápido. A GCM apontou a necessidade de mais proteção nos arredores dos prédios, calçadas e acessos.

Treinamento em pauta

A vereadora Amanda Vettorazzo (União) propôs avaliar cursos com a GCM para profissionais de segurança dos condomínios. Também foi discutida a fiscalização de patinetes depois de relatos de uso em roubos. A comissão aprovou pedido ao MP de informações sobre apurações de possíveis ligações entre políticos já eleitos e o PCC.

Acordo contra crimes

A Prefeitura de São Paulo e o Ministério Público paulista firmaram nesta terça-feira (27) dois convênios para uso do Smart Sampa. Um deles prevê o compartilhamento de informações e imagens com o Gaeco para apoiar investigações e ações contra o crime organizado. O acordo terá validade de 12 meses e poderá ser prorrogado.

Proteção às mulheres

O segundo convênio prevê o uso de mais de 50 mil câmeras para identificar agressores ainda não notificados sobre medidas protetivas. O Ministério Público fornecerá dados ao sistema. Após um alerta, a GCM poderá abordar o indivíduo e comunicar a decisão judicial. A parceria integra o Alerta de Proteção Integrada e terá duração de 60 meses.

Vacinação é debatida

A Câmara de São Paulo realizou na segunda-feira (26) uma solenidade sobre o combate à poliomielite. A atividade destacou a importância da vacinação e lembrou o Dia Mundial da Poliomielite, celebrado em 24 de outubro. O evento teve como tema a prevenção da doença, que pode causar paralisia infantil, e as ações do Rotary Club.

Rotary é homenageado

A vereadora Edir Sales (PSD) entregou certificados ao Rotary Club Internacional em reconhecimento ao trabalho da associação no combate à poliomielite. Entre as iniciativas da entidade está o incentivo à vacinação contra a doença. A homenagem foi na solenidade na Câmara de SP, realizada no Plenário 1º de Maio, na segunda-feira (26).

MOZART GOMES/CÂMARA DE SÃO PAULO



Pavanato teve 161.386 votos para vereador e 3.038.438 para deputado.

MP apura declarações de Pavanato sobre minorias

Defesa questiona investigação sobre declarações do vereador paulistano

Da **Redação**

O Ministério Público de São Paulo abriu, na segunda-feira (26), um inquérito para apurar possível discriminação e incitação ao ódio em declarações do vereador Lucas Pavanato (PL), eleito deputado federal. A investigação trata de falas sobre minorias feitas em entrevista à Jovem Pan após o primeiro turno das eleições.

O caso está sob responsabilidade do promotor Ricardo Manuel Castro, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos. Segundo ele, as declarações podem configurar discurso de ódio contra grupos sociais e resultar em eventual responsabilização civil, eleitoral ou penal.

Na entrevista, Pavanato comentou a reação de adversários à sua votação e à eleição de Eduarda Campopiano (PL), que conquistou uma vaga de deputada estadual por São Paulo. Ele afirmou que seu grupo tinha uma bancada forte para enfrentar o que classificou como a ideologia dos oponentes.

Ao se dirigir aos críticos, o vereador declarou: "Vocês são a minoria e como minoria a gente vai colocar vocês no devido lugar". A fala é um dos elementos que motivaram a abertura da apuração pelo MP.

Pavanato foi o candidato a deputado federal mais votado de São Paulo em 2026, com mais de 3 milhões de votos.

A assessoria do parlamentar questionou a imparcialidade do promotor e informou ter apresentado uma representação ao Conselho do Ministério Público (CNMP). A equipe atribui a investigação a perseguição política e afirma que o vereador ainda não foi formalmente citado.

O inquérito busca esclarecer o contexto das declarações e verificar se há elementos para responsabilizar o parlamentar.

Segue a íntegra do posicionamento enviado.

NOTA DE POSICIONAMENTO

Consideramos o promotor Ricardo Manuel Castro suspeito para instaurar qualquer inquérito, diante de seu alinhamento ideológico à esquerda e de sua atuação em pautas que, em nossa avaliação, atendem a agendas ideológicas, comprometendo a necessária imparcialidade de sua atuação.

Informamos que nossa equipe jurídica já apresentou representação contra o promotor junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por suposto uso do cargo para perseguição política e vazamento de documentos à imprensa.

Por fim, esclarecemos que o vereador Lucas Pavanato ainda não foi formalmente citado no âmbito do referido inquérito.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**



Campos discursando em homenagem à universidade de Campinas

Guilherme Campos discursa no Senado em homenagem à Unicamp

O campinense Guilherme Campos (PSD), ex-vice-deputado federal por dois mandatos e atual secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, homenageou os 60 anos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) durante sessão especial no Senado Federal, em Brasília. “Foi um momento importante de reconhecimento à trajetória de uma instituição que há seis décadas contribui para a educação, a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Uma celebração que valoriza o legado construído pela Unicamp e sua contribuição contínua para o futuro do nosso país”, declarou o ex-vice-prefeito de Campinas. A universidade foi fundada em 5 de outubro de 1966 e mantém seis campi, com cerca de 38 mil alunos, distribuídos em 65 cursos de graduação e 169 de pós-graduação, segundo dados do Anuário Estatístico de 2026.

Números

A Unicamp conta com 1.770 professores, dos quais 99% possuem doutorado. Em 2025, registrou 77 pedidos de patentes, alcançando um portfólio de 1.374 vigentes. Mantém uma rede de mais de mil empresas criadas por ex-alunos, professores e pesquisadores, com faturamento conjunto superior a R$ 30 bilhões. Na saúde, atende uma região com mais de 5 milhões de habitantes. No ano passado, realizou 763 mil consultas e cerca de 60 mil cirurgias.

Cantinho dos Jequitibás: Halloween Sertanejo

Entre as sugestões de pauta enviadas recentemente pela prefeitura para a divulgação pela imprensa sobre os feitos da Administração municipal encontra-se um evento de Halloween ao som de sertanejo a ser realizado no sábado, 31 de outubro, e no domingo, 1º de novembro, na Praça Arautos da Paz. Além de sertanejo, haverá música nos estilos rock e flashback. “O projeto tem apoio da Secretaria de Cultura e Turismo” e entrada gratuita, informa o comunicado.

FIRMINIO PITON/ PREFEITURA DE CAMPINAS



Fantasiados para o Halloween dançarão ao som de sertanejo

Bruxa solta

Ainda de acordo com a prefeitura, “também estão previstos concurso de fantasias com premiação em dinheiro, praça de alimentação e espaço kids”. No sábado (31), as atrações ocupam o palco das 14h às 22h, e, no domingo (1º), a programação será das 12h às 22h. No Brasil, a festa das bruxas ganhou destaque por meio de escolas de idiomas e do setor comercial, com a venda de doces e de fantasias.

PINGA-FOGO

Orçamento de R$12,69 bi

O orçamento mínimo previsto pela prefeitura para 2027 é de R$ 12,69 bilhões, valor que integra o Projeto de Lei Ordinária encaminhado pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos) à Câmara. A proposta fixa despesas e estima receitas e será discutida pela Comissão de Finanças e Orçamento em audiência pública em 6 de novembro, às 19h.

Fontes de arrecadação

O montante global resulta da soma de duas fontes de arrecadação. A administração direta responde pela previsão de R$ 10,49 bilhões. Já as autarquias e fundações municipais contabilizam a estimativa de R$ 2,19 bilhões restantes. A distribuição dos recursos no texto orçamentário estabelece as diretrizes financeiras de cada setor governamental.

Educação e Saúde

A Secretaria Municipal de Educação concentra a maior fatia de recursos, com R$ 2,49 bilhões previstos. O Fundo Municipal de Saúde soma a destinação de R$ 1,91 bilhão. Ambos os valores obedecem aos índices mínimos de 25% e 15%, respectivamente, previstos por lei. Já a Secretaria de Serviços Públicos conta com valor estipulado de R$ 711,7 milhões.

Demais secretarias

Na sequência, o projeto orçamentário destina R$ 429,1 milhões para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social; R$ 410,1 milhões para a Secretaria Municipal de Transportes; e R$ 276,9 milhões para a Secretaria Municipal de Infraestrutura. Já as emendas parlamentares individuais somam R$ 124,3 milhões.

A lei

A Lei Orçamentária Anual funciona como o instrumento legal de planejamento financeiro do município. Determina a estimativa de arrecadação de impostos e estabelece os limites de gastos dos órgãos municipais. A aplicação da verba cobre as áreas de atuação da administração pública no exercício do ano seguinte.

Participação popular

O debate ocorrerá no plenário do Legislativo, na Av. Engenheiro Roberto Mange, 66, no Ponte Preta. A transmissão é realizada ao vivo pela TV Câmara Campinas e pelo canal da emissora no YouTube. O público pode participar presencialmente ou pode enviar contribuições pelo link, que é disponibilizado no portal pela internet.

PREFEITURA DE CAMPINAS



Parcela de indústrias operando acima de 80% caiu de 28% para 7%

Queda na produção, no emprego e no lucro da indústria

Em outubro, 46% reduziram a produção, ante 9% em setembro

Por **Raquel Valli**

Levantamento do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Campinas aponta retração na produção, no emprego e na lucratividade das indústrias da região em outubro. A queda da demanda foi citada por 54% das empresas como principal desafio para o último trimestre. Além disso, 61% não pretendem investir na ampliação da capacidade produtiva nos próximos 12 meses.

Em outubro, 46% reduziram a produção, ante 9% em setembro. 23% registraram aumento. No faturamento, 39% venderam menos que no mês anterior. O emprego também recuou: 31% cortaram vagas. Em outubro de 2025, todas as pesquisadas mantinham o quadro de funcionários estável. A utilização da capacidade instalada acompanhou a queda. A parcela de empresas operando acima de 80% recuou de 28%, em setembro, para 7%, em outubro. No mesmo período, 16% passaram a operar abaixo de 50%.

LUCRO E CUSTOS

A lucratividade caiu em 54% das empresas, ante 36% em setembro e 22% um ano antes. Os custos de matérias-primas aumentaram 44%. Energia, água e transporte pressionaram 42%, enquanto os custos trabalhistas subiram 38%.

O endividamento também avançou. Em outubro, 23% ampliaram as dívidas devido a resultados inesperados no faturamento. Em setembro, nenhuma havia relatado essa situação.

INVESTIMENTOS E DESAFIOS

A parcela de empresas sem intenção de ampliar a capacidade produtiva passou de 36%, em setembro, para 61%, em outubro. Em outubro de 2025, o índice era de 22%. Além da demanda, 31% apontaram falta de mão de obra técnica ou operacional qualificada como obstáculo às metas do trimestre.

Para o diretor do Ciesp Campinas, José Henrique Toledo Corrêa, a retração da demanda está ligada aos juros elevados. “O dinheiro fica muito caro, as empresas perdem liquidez e a população, altamente endividada, consome menos. Isso gera um efeito em cascata sobre toda a cadeia produtiva”, afirma.

Sobre os cortes de vagas, declara que “as empresas estão demitindo porque não estão vendendo”. O diretor também aponta os efeitos da falta de investimentos, da queda dos lucros, dos custos elevados e do endividamento. Para ele, as incertezas do cenário pós-eleitoral podem agravar os resultados das próximas sondagens.

Padilha busca professores da Unicamp para programa no SUS para menopausa

Ministro da Saúde afirmou que a criação faz parte de proposta de reorganização do Sistema Único de Saúde

CAIUS LUCILIUS /HC UNICAMP



Ministro discute com Caism criação de programa nacional para mulheres na transição da menopausa

Da **Redação**

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou na tarde desta terça-feira (27), em visita ao Hospital das Clínicas (HC) da Unicamp, que pretende discutir com especialistas do Caism (Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher) a criação de um novo programa nacional para atendimento de mulheres na transição da menopausa. A proposta faz parte de uma reorganização do SUS voltada a melhorar o acesso a tratamentos. Durante a visita, Padilha conheceu a nova área de Medicina Nuclear do complexo hospitalar, que agora conta com um equipamento de tomografia com inteligência artificial para obtenção de imagens de corpo inteiro em 3D.

Segundo Padilha, o Caism tem dado importantes contribuições ao governo federal em diversos programas e pode ajudar nessa nova tarefa. "O Caism foi sempre uma referência nacional e ajudou o SUS (Sistema Único de Saúde) a organizar o cuidado materno-infantil", disse o ministro. "Ajudou também em duas novas tecnologias do SUS deste governo. Primeiro, a nova técnica do Papanicolaou para coleta e identificação do vírus do HPV nas mulheres para prevenção do câncer de colo de útero. Aqui no Caism foram organizados os primeiros estudos no Brasil. Além disso, está nos ajudando no acompanhamento do uso do Implanon, um implante que custava R$ 5 mil nas clínicas privadas e agora é gratuito no SUS. Isso terá grande impacto na redução da gravidez na adolescência", avaliou.

"Agora, convidaremos os professores do Caism para discutir um novo programa voltado a cuidar das mulheres na transição da menopausa e na menopausa – medicamentos a serem utilizados, práticas a serem adotadas", contou. De acordo com o ministro, essa medida faz parte de uma proposta de reorganização do SUS a ser implementada ao longo dos próximos quatro anos.

Chamado de SPECT/CT-CZT, o aparelho de tomografia foi o primeiro a ser instalado em um hospital público na América Latina e conta com a tecnologia baseada em detectores CZT (Cádmio-Zinco-Telúrio), considerada a maior revolução na medicina nuclear das últimas décadas. A nova estrutura de atendimento já está à disposição da população.

O equipamento oferece uma imagem do corpo humano com altíssima precisão, já que não apenas vê o órgão, mas revela como ele está trabalhando em tempo real.

A tecnologia do novo SPECT/CT assegura, ainda, a obtenção de imagens com uso de elementos radioisotópicos quatro vezes mais rápido que os equipamentos convencionais, segundo a médica Bárbara Juarez Amorim, coordenadora do Serviço de Medicina Nuclear do HC da Unicamp. "É um grande ganho. Porque você tem uma detecção mais precisa. Como o exame é mais rápido, aquilo que demorava 2 horas cai para 20 minutos. Você consegue fazer de 4 a 5 pacientes a mais e, com isso, reduz o tempo de espera na fila", afirmou Padilha.

Para o ministro, esse tipo de equipamento ajuda a atingir outro objetivo: fazer com que o tempo máximo entre o diagnóstico de câncer e o início do tratamento seja de 30 dias.

As informações são do Portal da Unicamp

Trem Intercidades: painel normativo mapeia regras urbanísticas

FERNANDA SUNEGA / PREFEITURA DE CAMPINAS



Dário Saadi participa do lançamento do Painel Normativo no Sesc Jundiaí

Da **Redação**

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, participou na manhã desta terça-feira (17) do lançamento do Painel Normativo TIC–TIM, plataforma digital que reúne a legislação urbanística de 30 municípios das regiões metropolitanas de Campinas e de Jundiaí. O evento foi realizado no auditório do Sesc Jundiaí e reuniu prefeitos e representantes das cidades localizadas na área de influência do Trem Intercidades (TIC), que ligará Campinas a São Paulo, e do Trem Intermetropolitano (TIM), que ligará Campinas e Jundiaí, com paradas em Valinhos, Vinhedo e Louveira.

A iniciativa busca facilitar o acesso às normas urbanísticas dos municípios e contribuir para o planejamento das cidades diante das transformações esperadas com a implantação dos novos serviços ferroviários.

O Painel Normativo TIC–TIM centraliza, em um único ambiente digital, informações sobre a legislação urbanística dos 30 municípios participantes. A ferramenta reúne dados sobre planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, códigos de obras e parâmetros urbanísticos, permitindo consultar e comparar as regras adotadas pelas diferentes cidades. A plataforma tem como objetivo facilitar o planejamento urbano, apoiar a formulação de políticas públicas e fortalecer a integração e a articulação regional entre os municípios.

Ao reunir as informações em um só ambiente, a ferramenta também contribui para que as administrações municipais conheçam melhor as normas vigentes nas cidades vizinhas e considerem as diferentes realidades locais na elaboração de estratégias de desenvolvimento urbano.

Não há um endereço de site ou plataforma digital pública disponível para acessar o Painel Normativo. Sua aplicação ocorre internamente de forma articulada entre o Governo do Estado de São Paulo, a concessionária TIC Trens e as equipes de planejamento das prefeituras envolvidas.

O BNDES aprovou, em setembro de 2023, financiamento de R$ 6,4 bilhões para os aportes públicos do Trem Intercidades Eixo Norte, que ligará São Paulo a Campinas. O projeto integra o Novo PAC. O financiamento foi estruturado em duas parcelas de R$ 3,2 bilhões.

Câmara de Sumaré aprova sete projetos de lei de autoria do prefeito

Projetos incluem metas para a educação e alimentação nas férias e novos salários

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO / CÂMARA DE SUMARÉ



A próxima sessão ordinária será realizada, excepcionalmente, na quarta-feira (4/11), em razão do feriado de Finados

A Câmara de Sumaré aprovou sete projetos de lei de autoria do prefeito Henrique do Paraíso durante a sessão ordinária desta terça-feira (27). Entre as propostas estão a criação do Plano Municipal de Cultura, da Política Municipal de Alfabetização e do Programa de Alimentação Complementar durante férias e recessos escolares. Os vereadores também aprovaram novas referências remuneratórias para agentes de trânsito e pintores de sinalização viária, além de três projetos de abertura de créditos no orçamento municipal.

O Projeto de Lei nº 297/2026 institui o Plano Municipal de Cultura, com diretrizes e metas para os próximos dez anos. A proposta prevê ampliar o acesso da população às atividades culturais, incentivar a produção artística local, valorizar o patrimônio histórico e fortalecer a economia criativa. Também estão previstas a descentralização das ações culturais, a oferta gratuita de cursos de artes, o fortalecimento das bibliotecas públicas e a criação de um calendário cultural municipal.

Já o PL nº 302/2026 cria a Política Municipal de Alfabetização, denominada "Alfabetiza Já". A meta é garantir que 100% das crianças da rede municipal estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Para isso, o texto prevê formação continuada de professores, avaliações periódicas, acompanhamento pedagógico complementar aos alunos com dificuldades e medidas para reduzir desigualdades de aprendizagem entre as escolas. A proposta também institui o programa "Leitura em Família", voltado ao incentivo à leitura em casa.

O PL nº 303/2026 estabelece o Programa Municipal de Alimentação Complementar durante férias e recessos escolares. A iniciativa prevê o fornecimento de alimentos aos estudantes matriculados na rede municipal nos períodos de suspensão das aulas. A distribuição poderá ocorrer por meio de kits de gêneros alimentícios ou outras modalidades definidas pela Secretaria Municipal de Educação, conforme critérios nutricionais e sanitários. A implantação poderá ser gradual, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do município.

Outra proposta aprovada, o PL nº 301/2026, estabelece referências remuneratórias para agentes de Trânsito e Transporte e pintores de Sinalização Viária. Para os pintores, os valores variam de R$ 4.204,24 a R$ 5.502,34; para os agentes, de R$ 6.340,78 a R$ 7.713,20. As tabelas preveem cinco classes remuneratórias para cada cargo, com jornada de 200 horas mensais.

Os outros três projetos do Executivo tratam de créditos adicionais. Os PLs nº 298/2026 e nº 299/2026 autorizam créditos suplementares de R$ 644.058,67 e R$ 1.323.484,27, respectivamente. Já o PL nº 300/2026 prevê crédito adicional especial de R$ 3.708.555,18.

A próxima sessão ordinária será realizada excepcionalmente na quarta-feira (4), em razão do feriado de Finados. A mudança permite cumprir o prazo regimental para o protocolo dos documentos que serão apreciados em plenário.

Hortolândia registra índice médio de larvas do Aedes e retoma as visitas nos bairros

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA



Agentes retomam visitas após índice médio de larvas em Hortolândia

Hortolândia registrou índice médio de infestação do mosquito Aedes aegypti, de 2,9, em outubro. Com a conclusão da análise de larvas, a Prefeitura retomou as visitas casa a casa, começando pelos bairros Jardim Boa Vista, Jardim das Colinas e Parque Ortolândia. Neste ano, a cidade contabiliza 131 casos confirmados de dengue, sem mortes.

Segundo a Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ), o resultado exige atenção diante da chegada do verão, período de chuvas e temperaturas mais altas, que favorecem a reprodução do mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zika. O índice entre 1 e 4 é considerado médio; abaixo de 1, baixo, e acima de 4, alto.

A Análise de Densidade Larvária (ADL) é realizada três vezes ao ano para medir a presença de larvas em imóveis e orientar as ações de prevenção. Em janeiro, Hortolândia registrou índice de 8,2, considerado alto. Em julho, a taxa foi de 3,5.

Com o fim do levantamento, os agentes voltaram a percorrer os bairros para identificar e eliminar possíveis criadouros. A partir da próxima semana, a previsão é iniciar visitas em regiões que apresentaram índices elevados.

De acordo com a Prefeitura, neste ano foram notificados 2.265 casos de dengue, dos quais 131 foram confirmados. Não houve mortes. Também foram registradas 33 notificações de chikungunya, sem confirmações, e nenhum caso de zika.

A vacina contra a dengue está disponível nas UBSs.

Confirmado 1º caso de febre maculosa em Paulínia

Da **Redação**

Paulínia confirmou o primeiro caso de febre maculosa em 2026. O paciente, um homem de 68 anos, se recuperou da doença. Ele relatou possível exposição em uma área de córrego às margens da Rodovia Zeferino Vaz (SP-332), no Jardim Boa Esperança. A confirmação ocorreu após contraprova do Instituto Adolfo Lutz. A Prefeitura fará pesquisa de carrapatos no local e poderá instalar sinalização.

A febre maculosa é uma doença infecciosa causada por bactérias do gênero Rickettsia, transmitidas pela picada de carrapatos infectados. Entre os sintomas estão febre alta, dor de cabeça intensa, dores musculares, náuseas e manchas vermelhas na pele. Os sinais podem ser confundidos com os de outras doenças, por isso é importante informar ao médico sobre visitas recentes a áreas de vegetação.

A doença pode evoluir rapidamente para quadros graves. Diante da suspeita, o tratamento deve começar imediatamente, sem aguardar os resultados dos exames. A Prefeitura orienta que pessoas com febre ou outros sintomas após frequentar áreas verdes ou sofrer picada de carrapato procurem uma unidade de saúde e relatem a possível exposição.

Para prevenir o contato, recomenda-se usar roupas claras, calças compridas e calçados fechados em áreas de vegetação, além de verificar o corpo e as roupas após a exposição.A transmissão não ocorre diretamente entre pessoas.

JERRY KIRKHART/WIKIMEDIA



Paciente de 68 anos contraiu a febre maculosa e se recuperou

CORREIO DAS REGIÕES

ASSESSORIA DE IMPRENSA



Vereadora Iara Bernardes

Vereadora do PT aciona Comissão de Ética contra vereadora do PL

A vereadora Iara Bernardi (PT) acionou a Comissão de Ética da Câmara de Sorocaba (SP) contra a também vereadora Tatiane Costa (PL) devido a uma publicação nas redes sociais em que a parlamentar incentiva o boicote a comércios sem alinhamento à direita. Para a vereadora petista, essa atitude fere a pluralidade e a convivência democrática. Tatiane afirmou estar tranquila, classificou a denúncia como perseguição política e disse que sua manifestação apenas responde a boicotes sofridos pela direita, alegando já ter enfrentado dez pedidos de cassação. O presidente do colegiado, Cristiano Passos (Republicanos), informou por meio de nota que a representação não será analisada agora, pois a prioridade da Câmara, segundo ele, é a votação do orçamento municipal de 2027, ficando a avaliação do caso prevista para após o recesso parlamentar.

Nova lei prevê multa a flanelinha em Sorocaba

Nova lei em Sorocaba prevê multas entre R$ 4 mil e R$ 11 mil para a atuação irregular de flanelinhas. A cobrança ocorrerá em caso de reincidência, após orientação prévia e por escrito. A legislação também pune quem utiliza cones, caixas ou objetos para reservar vagas de estacionamento em vias públicas, prática comum perto de comércios e hospitais. A Prefeitura de Sorocaba informou que regulamentará a lei para definir como serão feitas a fiscalização e a cobrança das multas.

ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL



Nova lei prevê multa a flaneliha

Maior evento de cinema do interior de SP

Votorantim (SP) recebe de 30 de outubro a 7 de novembro a 12ª edição do CineFest Votorantim, o maior festival de cinema do interior de São Paulo. Com entrada gratuita no Teatro Municipal Francisco Beranger, o evento traz como o lema "O Brasil na Nossa Tela" e exibirá 56 produções nacionais, regionais e socioambientais. A programação inclui debates com realizadores, homenagens, oficinas formativas no Sesc Sorocaba e shows musicais todas as noites. As exibições abrangem mostras competitivas e sessões acessíveis.

Guareí investiga loteamento após alagamento

A Prefeitura de Guareí anunciou a contratação de laudos técnicos para investigar se a construção de um loteamento prejudicou o escoamento de água e provocou alagamentos na cidade. Durante o fim de semana, a transbordamento do Rio Guareí inundou 40 imóveis e isolou 60 moradores. A administração municipal tenta junto à Cetesb autorização para reiniciar os trabalhos de desassoreamento da calha do rio.

Arealzinho sem ponte

Moradores da zona rural de Angatuba (SP) cobram a reforma da ponte do bairro Arealzinho, segue sem manutenção. Utilizada por ônibus escolares e pelo transporte rural, a estrutura continua em estado crítico, pode causar acidentes e transtornos. A população cobra um posicionamento e a execução das obras por parte do município.

Itapeva cria CEI da água

A Câmara de Itapeva (SP) abriu uma CEI para investigar a qualidade da água da Sabesp após o registro de mais de 2,6 mil casos de virose em apenas 20 dias. Análises apontaram alterações na água encanada, apontada como fonte comum do surto. A comissão terá 90 dias de apuração. A Sabesp afirma não ter identificado anomalias.

Durante a festa do PT

Uma mulher ficou ferida e sofreu queimaduras após ser atingida por um rojão durante uma comemoração pela vitória de Lula (PT) na Praça da Matriz, em Cerqueira César (SP). À polícia, ela relatou ter sido xingada por opositores momentos antes da explosão. Outra pessoa também se feriu e o autor do disparo ainda não foi identificado.

Polêmica em Itapetininfa

Listas de comércios e prestadores de serviços associados a posicionamentos políticos contrário da direita voltaram a circular em grupos de WhatsApp após as eleições, em Itapetininga. Embora usem o pretexto de valorização local, as mensagens incentivam o boicote com base na opção partidária dos proprietários do município.

Programa Nascentes

Programa Nascentes avança em Angatuba (SP) com ações voltadas à proteção e recuperação dos recursos hídricos. A iniciativa estadual mapeia fontes de água e promove o plantio de mudas nativas em parceria com produtores e voluntários. Interessados podem procurar a Secretaria de Meio Ambiente na Rua Irmãos Abdelnur, 740.

"Protege Mulher"

Prefeitura de Sorocaba lançou uma campanha educativa para incentivar a adesão ao programa "Protege Mulher", voltado ao combate à violência doméstica. Atualmente, a iniciativa monitora 2.452 mulheres amparadas por medidas protetivas judiciais. Que tem o objetivo é encorajar denúncias e ampliar o alcance da rede de segurança municipal.

REPRODUÇÃO / GOOGLE STREET VIEW



Sede do Instituto de Previdência Social de São Roque (São Roque Prev)

PF faz buscas em São Roque por fraude na previdência

Operação Entressafras apura bloqueio de R$ 121 mi no São Roque Prev.

Da **Redação**

Polícia Federal deflagrou, ontem, a Operação Entressafras no Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Roque (São Roque Prev). A ação apura irregularidades e possíveis crimes contra o Sistema Financeiro Nacional na aplicação de recursos públicos entre os anos de 2022 e 2024, que geraram um prejuízo estimado em R$ 121 milhões à autarquia.

Ao todo, policiais federais cumpriram nove mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça, com alvos localizados no Estado de São Paulo e também em Pernambuco. A Justiça determinou ainda o bloqueio de bens e valores dos investigados no montante correspondente aos danos causados aos cofres previdenciários.

Segundo a PF, as investigações apontam que investimentos de R$ 80 milhões em Letras Financeiras — vinculadas ao Banco Master — e de R$ 20 milhões em um Fundo de Investimento Imobiliário foram realizados com base em pareceres técnicos genéricos e sem a devida fundamentação. Os investigadores identificaram que o processo decisório ocorreu de forma direcionada, com a escolha dos emissores antes mesmo da análise de riscos, ignorando regras de diversificação de portfólio.

O caso ganha desdobramento criminal dias após o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) julgar irregulares as contas de 2024 do São Roque Prev e condenar o ex-diretor-presidente Vanderlei Massarioli a ressarcir R$ 93,15 milhões. As suspeitas de má gestão dos recursos também foram alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal, encerrada em julho.

Os investigados podem responder por gestão fraudulenta, peculato financeiro, lavagem de dinheiro e crimes contra a Administração Pública.

Em nota, a Prefeitura informou que acompanha as investigações e se colocou à disposição das autoridades. A administração confirmou a presença da PF na autarquia na manhã de terça-feira e declarou que nenhum item foi apreendido. Já o São Roque Prev informou que cumprirá as determinações judiciais, ressaltando que ainda não recuperou os valores aplicados.

CORREIO ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



São 20,3 milhões de devedores de risco

BC: número de superendividados no país cresceu 75% em cinco anos

O número de brasileiros em situação de endividamento de risco chegou a 20,3 milhões em junho de 2026, alta de 75% em cinco anos, informou nesta terça-feira (27) o Relatório de Estabiliadde Financeira do Banco Central (BC).

O contingente representa 17% dos devedores do Sistema Financeiro Nacional. Diante do avanço do problema, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que a instituição pretende anunciar novas medidas para conter ofertas agressivas de crédito ainda este ano

Segundo Galípolo, as próximas iniciativas devem priorizar consumidores que já utilizam o crédito rotativo do cartão ou apresentam atrasos significativos no pagamento das dívidas. "Pretendemos adicionar medidas ainda este ano", afirmou o presidente do BC. Ele destacou a preocupação com pessoas que já enfrentam juros elevados e dificuldades financeiras.

Durigan prega diálogo para cumprir meta fiscal

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, assegurou, nesta terça-feira (27), em Brasília, que o governo federal vai discutir com agentes do mercado financeiro e do setor privado em geral medidas de ajuste que favoreçam o cumprimento da meta fiscal.

"Nosso compromisso é com a responsabilidade fiscal, com a estabilidade fiscal e isso vai ser buscado com diálogo", disse o ministro a jornalistas ao chegar, nesta manhã, ao Ministério da Fazenda.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Proposta de ampliar contingenciamento é uma das medidas

Tesouro anuncia nova recompra de títulos

O Tesouro Nacional anunciou nesta terça-feira (27) que vai recomprar Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) com vencimentos em 15/08/2030, 15/05/2035, 15/08/2040 e 15/05/2045. O edital com as condições do leilão de recompra será divulgado no site da instituição. A medida foi autorizada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, que disse a jornalistas, em Brasília, que a recompra dos títulos seria anunciada "na medida em que estivessem colocadas as condições e a necessidade [do governo federal] de fazer uma intervenção".

Também foi cancelado o próximo leilão

Ao comunicar que prepara um novo leilão de recompra de títulos, a Secretaria do Tesouro também anunciou o cancelamento do próximo leilão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Conhecidas como Tesouro Selic, as LFTs são títulos públicos de renda fixa indexados à Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Na segunda (26), o Tesouro Nacional recomprou mais de R$ 14,8 bilhões em títulos públicos.

Preços da indústria I

Os preços da indústria brasileira registraram alta de 1,54% em setembro de 2026, segundo o Índice de Preços ao Produtor (IPP). O resultado representa aceleração em relação a agosto, quando a variação foi de 0,34%, e levou o acumulado do ano para 5,04%. Na comparação com setembro de 2025, o índice acumulou alta de 4,34%.

Preços da indústria II

O IPP mede a variação dos preços dos produtos na saída das fábricas, sem considerar impostos e fretes, acompanhando o comportamento dos preços nas indústrias extrativas e de transformação. Entre as 24 atividades industriais investigadas, 16 apresentaram aumento de preços em setembro, número superior ao observado em agosto.

Perdão de dívidas I

O governo federal iniciou o envio de notificações aos MEI contemplados com o perdão de débitos tributários federais. Os avisos estão chegando por mensagem de WhatsApp e pela Caixa Postal do aplicativo gov.br. A medida tem o objetivo de avisar quem tem direito à anistia e evitar pagamentos indevidos de dívidas que serão extintas.

Perdão de dívidas II

No entanto, o envio de mensagens acendeu o alerta para o risco de fraudes e gerou dúvidas sobre o que realmente foi perdoado. Para orientar o microempreendedor, o Sebrae preparou um guia de perguntas e respostas com base nas informações oficiais do governo federal, por meio do Ministério do Empreendedorismo, da MEMP.

Dólar cai quase 1% I

O mercado financeiro apresentou movimentos de acomodação nesta terça-feira (27), após a forte reação da véspera à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O dólar fechou em queda próxima de 1% e ficou abaixo de R$ 5,35. A bolsa recuou cerca de 0,5%. A sessão foi marcada pela correção cambial após a disparada da véspera.

Dólar cai quase 1% II

O dólar à vista encerrou o pregão em baixa de 1,07%, a R$ 5,349, após subir mais de 8% na segunda-feira (26), quando a moeda estadunidense registrou sua maior alta diária desde janeiro de 1999. A divisa recuou ao longo de toda a sessão e chegou à mínima de R$ 5,316 pela manhã. Em 2026, o dólar acumula queda de 2,55%.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



A medida busca reduzir os impactos da alta internacional do petróleo

Subsídio do governo acende alerta jurídico para empresas

Prorrogação de benefício de R$ 2,12 por litro exige transparência nos preços

Da **Redação**

A decisão do governo federal de prorrogar por mais 30 dias a subvenção de R$ 2,12 por litro de diesel reacende uma discussão que vai além do preço dos combustíveis: quais são as obrigações legais das empresas beneficiadas e como garantir que o incentivo seja efetivamente refletido no mercado?

A medida busca reduzir os impactos da alta internacional do petróleo, preservar o abastecimento e conter pressões sobre o transporte e os preços de produtos e serviços. Porém, especialistas da DAP Advocacia alertam que a continuidade do benefício também exige atenção às regras fiscais, à fiscalização e à segurança jurídica das operações.

A Medida Provisória nº 1.391/2026 determina que produtores e importadores participantes do programa deduzam do preço de venda o valor correspondente à subvenção e identifiquem o desconto nas notas fiscais eletrônicas. O cumprimento dessas exigências é condição para o recebimento dos recursos públicos.

Para Adriano de Almeida, advogado tributarista e sócio da DAP Advocacia, o ponto central é assegurar que os incentivos sejam acompanhados de controles e transparência.

"Quando o governo concede uma subvenção dessa magnitude, não basta disponibilizar recursos públicos. É necessário garantir que as empresas cumpram as obrigações previstas na legislação, especialmente na formação dos preços e na documentação fiscal. O descumprimento dessas condições pode gerar questionamentos administrativos e consequências financeiras para os beneficiários", explica Adriano.

O Decreto nº 13.121/2026 estabelece mecanismos de comprovação do desconto aplicado e de verificação das informações apresentadas pelas empresas. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é responsável pela habilitação dos participantes, apuração e pagamento dos valores.

Além do cumprimento das exigências legais, a renovação do subsídio levanta preocupações sobre a previsibilidade econômica. Como o benefício é temporário e pode sofrer alterações conforme as condições do mercado, empresas que dependem do transporte rodoviário precisam considerar diferentes cenários no planejamento financeiro.

CORREIO ESPORTIVO

POR **PEDRO SOBREIRO**

LÍVIA VILLAS BOAS / CBF



Goleira da Seleção Brasileira ficou no Top-5 da posição no planeta

Lorena é eleita a 5ª melhor goleira do mundo na Bola de Ouro

A goleira Lorena foi eleita na segunda-feira (26) a quinta melhor do mundo na Bola de Ouro 2026, organizada pela revista francesa France Football. Destaque brasileiro, ela teve seu desempenho pela Seleção Brasileira e pelo Kansas City Current reconhecido em uma das premiações mais prestigiadas do futebol mundial. No último ano, a paulista de Ituverava foi protagonista para o título da Copa América. Na final contra a Colômbia, defendeu dois pênaltis, um no tempo normal e outro nas cobranças alternadas. Esta defesa garantiu o nono título da Amarelinha em dez edições do torneio.

A arqueira Cata Coll, do Barcelona e da seleção espanhola, foi eleita a melhor goleira do mundo. O segundo lugar ficou com Ann-Katrin Berger (Gotham e seleção alemã), o terceiro, com Ayaka Yamashita (Manchester City e seleção japonesa) e o quarto, com Hannah Hampton (Chelsea e seleção inglesa).

Representantes do Brasil na Bola de Ouro

Lorena também foi a única brasileira entre as 30 melhores jogadoras do mundo - Alexia Putellas, do London City e da seleção espanhola, foi a vencedora - e terminou com o 28º lugar. O Brasil também esteve representado no futebol masculino por Vinicius Jr., Gabriel Magalhães e Marquinhos, que concorreram à Bola de Ouro. Vini foi eleito o 17º melhor do mundo, Magalhães, o 21º e Marquinhos, o 25º. Harry Kane, atacante do Bayern de Munique e da Inglaterra, ganhou a Bola de Ouro pela primeira vez.

REPRODUÇÃO X - @ENGLAND



Harry Kane conquistou a tão sonhada Bola de Ouro em 2026

Harry Kane é eleito o melhor jogador do mundo

Após a frustração da eliminação para a Argentina na semifinal da Copa do Mundo de 2026, o atacante britânico Harry Kane foi eleito o melhor jogador do mundo pela revista esportiva francesa France Football. Ele recebeu a Bola de Ouro nesta segunda-feira (26), das mão de Ronaldo Fenômeno, o jogador que o britânico já disse publicamente ser seu maior ídolo no futebol. O atacante francês Kylian Mbappé ficou em segundo, e o prodígio Lamine Yamal, campeão do mundo com a Espanha, fechou o Top-3 da premiação.

Britânico faz discurso inspirador de vitória

Em seu discurso de vitória, o atacante do Bayern de Munique relembrou o sonho de sua infância e ressaltou a necessidade de trabalhar duro para ter sucesso no esporte.

– Para alcançar os sonhos, é preciso trabalhar duro quando ninguém está te olhando. Minha jornada não foi reta, tive altos e baixos. Espero que minha história sirva de inspiração – disse Harry Kane.

Leonardo Jardim não fica

Independentemente do que aconteça ao final da temporada, o técnico português Leonardo Jardim não seguirá no Flamengo em 2027. De acordo com informações da ESPN Brasil, o destino do treinador português já foi traçado e nem mesmo a possível conquista do Campeonato Brasileiro seria capaz de fazer a diretoria repensar a decisão.

Negociações para reduzir

Segundo a emissora fechada, a avaliação interna da diretoria do Flamengo é que apesar do baixo número de derrotas (5 em 44 jogos), já não há mais "química" entre o treinador e o elenco. O desafio agora é conseguir chegar a um acordo amigável com Leonardo Jardim para tentar reduzir a multa rescisória, estimada em R$ 6 milhões.

Encontrão do Guga

O Instituto Guga Kuerten (IGK) reuniu, na sexta (23), mais de 400 crianças e adolescentes dos seus cinco núcleos socioeducativos da Grande Florianópolis (Itacorubi, Saco Grande, Biguaçu, Palhoça e São José), além dos integrantes do Grupo Inclusivo, para a 21ª edição do tradicional Encontrão, que foi realizada na Astel, em comemoração ao Mês das Crianças.

Tenista esteve presente

O tricampeão de Roland Garros Gustavo Kuerten, presidente de honra do Instituto, esteve presente e entrou em quadra para jogar tênis com os educandos, fazendo a alegria das crianças. Além das ações esportivas e culturais, a data teve apresentações preparadas pelos próprios jovens, como a performance dos bailarinos do grupo IGKDance, que animou o público.

Transformação de vidas

Para Guga, o Encontrão simboliza o impacto transformador do projeto no cotidiano das comunidades atendidas. "É um dia de celebração e gratidão. Cada história que eles contam aqui mostra que permanece a esperança nas vidas e nos sonhos. O esporte nos levou a sonhar do tamanho do mundo, e aqui é o dia de eles serem crianças", destacou o ídolo.

Mais oportunidades

A presidente da instituição, Alice Kuerten, enfatizou a importância do evento. "O Encontrão traduz a essência viva do Instituto. Ver os núcleos reunidos, convivendo e mostrando o talento que desenvolvem nas oficinas diárias nos dá a certeza de que estamos no caminho certo para garantir oportunidades e um futuro com mais dignidade para eles", disse.

RAPHAEL TORRES/VRFC



Clássico dos Milhões será disputado com torcidas divididas meio a meio

Vasco conta com contrapartidas para divisão no Nilton Santos

Acordo pela divisão no estádio pode trazer benefícios para a temporada

A decisão do Vasco de voltar atrás e aceitar a divisão de 50% do público junto ao Flamengo para o Clássico dos Milhões, que será disputado nesta quinta-feira (29), no Estádio Olímpico Nilton Santos, causou um certo estranhamento em parte dos torcedores cruzmaltinos, que já esperavam encontrar um público de 90% de vascaínos contra 10% de flamenguistas.

Em nota oficial publicada na tarde de segunda (26), a diretoria cruzmaltina explicou que sua decisão foi baseada em cordialidade, visando o fortalecimento do futebol brasileiro.

– A decisão reflete uma convicção da atual gestão: defender os interesses do Vasco não significa deixar de reconhecer a importância do diálogo, do equilíbrio institucional e da responsabilidade coletiva com o futebol. O Vasco tem plena consciência de sua grandeza, de seus direitos e da força de sua torcida. E é justamente por isso que entende que a firmeza na defesa desses direitos pode e deve caminhar ao lado da capacidade de construir soluções que contribuam para o fortalecimento das competições e do futebol brasileiro — disse trecho da nota.

No entanto, o portal Atenção Vascaínos trouxe a informação de que a decisão da diretoria do Vasco em ceder aos pedidos da FERJ (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro), da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e do BEPE (Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios) veio com uma série de contrapartidas que serão reconhecidas em contrato, com algumas já valendo para esta temporada.

A contrapartida imediata seria a liberação, por parte do BEPE, de 25 mil torcedores em São Januário para o jogo de volta das semifinais da Copa do Brasil, contra o Palmeiras, que será jogado na Colina Histórica no domingo, dia 8 de novembro. Vale lembrar que a capacidade atual é para 21.880 torcedores, mas o Corpo de Bombeiros já liberou nova avaliação que permite a entrada de cerca de 25 mil torcedores, falta apenas o aval do BEPE. Mais do que isso, o acordo prevê a ampliação desse número para 30 mil no ano que vem.

Outra novidade pedida é a redação e assinatura de um acordo com o Consórcio Maracanã, autorizando o Cruzmaltino a escolher as datas que quiser jogar no estádio do Governo do Estado sem precisar recorrer à Justiça.

CORREIO
NO MUNDO

DANIEL TOROK/ CASA BRANCA



Trump diz que democratas rivalizam com Brasil em fraudes eleitorais

Trump acusa, sem provas, fraude na eleição presidencial brasileira

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a dizer nesta terça-feira (27), sem apresentar provas ou indícios, que foram fraudadas as eleições brasileiras, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) derrotou o senador Flávio Bolsonaro (PL). Em comício no Texas realizado dias antes das eleições legislativas nos EUA, Trump dizia que o Partido Democrata se opôs ao seu pacote legislativo que pretendia criar novas exigências para o voto. Em seguida, afirmou que os democratas "trapaceiam tão bem que eu não achei que teriam que fazer isso [se opor ao pacote]".
"Eles são os maiores fraudadores de eleições na história, acho. Se bem que o Brasil tambem fez um ótimo trabalho, não é? Vocês viram isso? Não foi legal. Eu não apoiei ninguém, mas não gostei daquilo, não pareceu nada bem", afirmou Donald Trump.

Apoio americano indireto a Flávio Bolsonaro

Trump não chegou a apoiar Flávio explicitamente, como fez com outros candidatos de direita na América Latina. Entretanto, seu governo buscou favorecer a candidatura ao classificar PCC e CV como terroristas, como propunha Flávio, e ao impor novas tarifas contra o Brasil pelo que chamou de má-fé de Lula. Na segunda (26), Trump já havia dito que a eleição brasileira foi alvo de fraude. "Passou uma impressão muito ruim. A eleição, a maneira como os votos foram contabilizados, sabe? Com a prorrogação do horário de votação, foi muito estranho".

RICARDO STUCKERT/PR



Republicano já havia dito que a vitória de Lula fora fraudada

Trump diz que gosta e que se dá bem com Lula

A declaração foi dada após horas de silêncio do republicano sobre o resultado da votação do domingo (25). Ao ser questionado se pretendia tomar alguma medida em relação às eleições brasileiras, Trump afirmou que é o presidente dos EUA, não do Brasil.
"Gosto de Lula, me dou muito bem com ele, mas a prorrogação concedida foi muito estranha", disse. "Achei que foi uma situação muito ruim. Não tomei partido, mas pareceu mais uma eleição fraudada", disse o Republicano.

Presidente dos EUA questiona eleições

"Foi uma imagem péssima para o mundo. As eleições precisam ser incontestáveis, e aquilo me pareceu muito ruim. Pareceu tão, tão corrupta, tão terrível", concluiu o presidente dos Estados Unidos, que também tem histórico de questionamento às eleições em seu próprio país.

Por Victor Lacombe e Guilherme Botacini (Folhapress)

Milei não reconhece Lula

O porta-voz de Javier Milei, Adrian Ravier, afirmou a jornalistas na manhã desta terça-feira (27) que não haverá nenhum tipo de comunicado do governo argentino em relação à vitória de Luiz Inácio Lula Silva (PT) sobre Flávio Bolsonaro (PL), aliado do ultraliberal. "Tomou-se nota do resultado eleitoral no Brasil", afirmou o funcionário em entrevista coletiva.

Reciprocidade incorreta

A fala aconteceu na Casa Rosada ao responder por que ainda não houve manifestação sobre as eleições de domingo (25).
"Em 2023, quando Javier Milei foi eleito presidente, não houve qualquer gesto do presidente Lula para cumprimentá-lo pessoalmente, nem nada do tipo".
No entanto, a declaração está incorreta.

Mensagem de Lula

O petista foi um dos primeiros líderes da América Latina a reconhecer os resultados quando o Milei foi eleito, em 2023, embora não tenha citado o nome do presidente. "A democracia é a voz do povo, e ela deve ser sempre respeitada. Meus parabéns às instituições argentinas pela condução do processo eleitoral", disse Lula na ocasião.

Democracia

Na ocasião, Lula também parabenizou "o povo argentino que participou da jornada eleitoral de forma ordeira e pacífica". E concluiu: "Desejo boa sorte e êxito ao novo governo. A Argentina é um grande país e merece todo o nosso respeito. O Brasil sempre estará à disposição para trabalhar junto com nossos irmãos argentinos".

Relações comerciais

Questionado sobre as implicações comerciais de não reconhecer o resultado, o porta-voz de Milei afirmou que "do lado argentino, a diplomacia continua, as relações comerciais continuam". "Todas as pessoas e empresas, tanto da Argentina quanto do Brasil, que desejem comercializar e estabelecer relações, poderão continuar a fazê-lo com total normalidade".

Diferença ideológica

"Nem hoje, nem na semana que vem. O que posso dizer aqui é que o presidente não é um hipócrita. Digamos que existe uma diferença ideológica real entre os dois mandatários". Junto a Nayib Bukele, de El Salvador, Milei é o único líder da América Latina que não se pronunciou sobre a vitória de Lula.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)

REUTERS/FOLHAPRESS



Participação eleitoral de Israel atinge maior nível registrado desde 1999

Partido de Netanyahu tem mais votos, mas bloco de oposição pode vencer em Israel

Por **Gabriel Barnabé (Folhapress)**

Os israelenses compareceram em massa às urnas nesta terça-feira (27), em participação recorde, e, segundo pesquisas de boca de urna, o partido do atual primeiro-ministro Binyamin Netanyahu deve conquistar o maior número de cadeiras no Parlamento de Israel. Isso não significa, porém, que ele conseguirá se manter no cargo, uma vez que a escolha de um premiê vai depender da negociação entre os partidos.

Segundo o levantamento do Canal 12, o Likud deve conquistar 24 cadeiras, contra 22 do Yashar, principal legenda de oposição, liderada por Gadi Eisenkot. A amostragem realizada pelo Canal 11, por sua vez, aponta 25 cadeiras para o governista, ante 21 para o opositor.

Os levantamentos confirmam o cenário incerto que analistas sugeriam antes do pleito. Mesmo com Likud conquistando o maior número de cadeiras, segundo o Canal 11, o bloco de partidos da oposição pode conseguir um conjunto maior que o do Netanyahu. O levantamento do Canal 12 indica que o possível bloco de Eisenkot teria conquistado 52 cadeiras, ante 50 do grupo de Netanyahu —em paralelo, as listas árabes teriam conseguido 18 cadeiras.

O resultado oficial deve começar a ser divulgado nas próximas horas, e a expectativa é que os números finais sejam obtidos nos próximos dias.

Se o cenário apontado pelas pesquisas se confirmar, pode levar semanas até que o parlamentar indicado pelo presidente Isaac Herzog consiga formar uma coalização para o próximo governo. Ainda é possível, no entanto, que novas eleições sejam convocadas caso nenhum consiga uma coligação suficiente para governar.

Logo após o fechamento das urnas, Eisenkot afirmou que "os resultados iniciais indicam uma completa falta de confiança em Netanyahu e no governo do 7 de Outubro, tanto por parte da maioria sionista quanto da maioria dos cidadãos israelenses".

Ele acrescentou que, se estes forem os números finais, seria uma vitória para o país. "Agirei imediatamente para implementar a decisão do povo, substituir o governo Netanyahu e estabelecer um governo de mobilização sionista o mais rápido possível", afirmou.

O atual líder da oposição no Parlamento, Yair Lapid, por sua vez, falou em uma "derrota esmagadora" para o bloco do premiê. Ele é membro do B'Yachad, que, de acordo com Canal 12, deve ser o segundo maior partido de oposição, com 12 cadeiras.

Já o ministro das Relações Exteriores do país, Gideon Saar, membro do Likud, afirmou que "as comemorações da esquerda são prematuras e as declarações categóricas de comentaristas parciais são ridículas". Em pronunciamento escrito, disse que "uma coisa parece bastante clara: o Likud é o maior partido em Israel".

O presidente da Lista Conjunta, legenda árabe de maior expressão —segundo levantamento do Canal 12, deve angariar 11 cadeiras—, afirmou que os resultados indicam uma possível mudança de governo. "Esperamos mandar Bibi, Smotrich e o governo sanguinário para casa", disse Yosef Jabarin.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

CM



O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, com o diretor-geral da redação do Distrito Federal do Correio da Manhã, Sérgio Nery

Portos privados e as perspectivas para os próximos quatro anos

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, recebeu o diretor-geral da redação do Distrito Federal do Correio da Manhã, Sérgio Nery, durante o 13º encontro anual da entidade, nesta terça-feira (27), em Brasília. Com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o evento discutiu os cenários político e econômico após as eleições e as perspectivas para o setor nos próximos quatro anos. A ATP representa empresas que operam Terminais de Uso Privado (TUPs), responsáveis por cerca de 64,6% da movimentação portuária de cargas no Brasil.

Governo projeta R$ 23 bi em leilões portuários

O Governo Federal prevê 34 novos leilões portuários, com investimentos que podem chegar a R$ 23 bilhões nos próximos anos. A carteira de projetos foi apresentada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, nesta terça-feira (27), durante a abertura do XIII Encontro da Associação de Terminais Portuários Privados, em Brasília. Com o tema "Brasil dos próximos 4 anos", o evento reuniu representantes do setor para debater os desafios econômicos, a infraestrutura e a competitividade logística nacional.

EDUARDO OLIVEIRA



Equipe do Ministério de Portos e Aeroportos no encontro do setor

Combate ao assédio eleitoral continua

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Vieira de Mello Filho, afirmou que a Justiça do Trabalho continuará combatendo o assédio eleitoral mesmo após o encerramento das eleições e responsabilizar quem desrespeitar os direitos dos trabalhadores. O magistrado destacou a atuação conjunta com o Ministério Público do Trabalho as medidas de prevenção adotadas antes das eleições e a continuidade da investigação das denúncias. A declaração foi feita durante a 13ª sessão ordinária do Tribunal Pleno.

Apuração das denúncias segue em vigor

O ministro ressaltou ainda que a liberdade de escolha política e a dignidade dos trabalhadores devem ser respeitadas antes, durante e depois das eleições. Isso significa que o direito ao voto livre não se limita ao dia da votação, mas também inclui a proteção contra ameaças, pressões e punições relacionadas às convicções políticas de cada pessoa. O trabalho de combate ao assédio eleitoral começou antes das eleições.

Preparação ao Enem

Mais de 1,1 milhão de estudantes já estão cadastrados no MEC Enem, plataforma gratuita do Ministério da Educação voltada à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio. Ela oferece questões de provas oficiais, simulados, trilhas de aprendizagem, materiais de apoio, correção automatizada de redações e aulas de reforço personalizadas.

Dados da plataforma

Segundo levantamento, com dados acumulados desde o início da operação até outubro, são 1.112.187 estudantes nas 27 unidades da Federação, 31,5 milhões de questões respondidas, 1,6 milhão de redações enviadas para correção e 1,3 milhão de simulados realizados. Ao todo, já foram registradas 8,4 milhões de atividades de estudo e 1,5 milhão de aulas de reforço.

Subvenção ao óleo diesel

O Governo Federal renovou a subvenção ao óleo diesel rodoviário, no valor de R$ 2,12 por litro do combustível. A medida terá a validade de um mês, período a partir do qual poderá ser renovada, sempre levando em consideração o mercado internacional de combustíveis. O impacto fiscal é o mesmo da subvenção em vigor, mantida a neutralidade fiscal.

5G cresce no país

A tecnologia 5G ganhou cerca de 16,4 milhões de acessos nos últimos 12 meses, chegando a 69,8 milhões de brasileiros. O número representa 24,9% de toda a base de acessos móveis do país, segundo dados do Ministério das Comunicações. Atualmente, o 5G está disponível em 1.610 municípios brasileiros, alcançando cerca de 77% da população.

Ajuda a setores econômicos

Para impulsionar a expansão da tecnologia, estão previstos R$ 6,4 bilhões em investimentos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento. Entre os setores beneficiados estão a indústria, a agricultura, a saúde, a educação e os transportes, que podem aproveitar os recursos para modernizar processos, ampliar a produtividade e desenvolver novas soluções.

Ações da Defesa Civil

O Governo Federal autorizou o repasse de R$ 13,6 milhões para ações de resposta e recuperação em 25 cidades afetadas por desastres. A maior parte vai para o Amazonas, para atender 18 municípios, incluindo Manaus, Coari, Lábrea e Presidente Figueiredo. Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Minas Gerais também receberão recursos.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



22 ações sobre as eleições presidenciais tramitação no TSE

A eleição irá seguir nos próximos meses no Judiciário

Ações questionam tanto o governo quanto a oposição

Por **Gabriela Gallo**

Mesmo com a maioria dos partidos reconhecendo a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República do Brasil no ano que vem, inclusive por chefes de Estado internacionais, segue a disputa judicial no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a campanha de Lula e contra a campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), principal adversário de Lula.

Como foi adiantado pelo Correio da Manhã, Flávio Bolsonaro desistiu de questionar o resultado das urnas eletrônicas e de solicitar a anulação do resultado. Contudo, antes de fugir para os Estados Unidos (EUA) nesta terça-feira (27), o senador tinha declarado que entraria com recurso na Justiça Eleitoral solicitando a cassação da chapa Lula-Alckmin por suposto abuso de poder político e econômico durante o período eleitoral. Mas o senador do PL não é o único a entrar com esse pedido.

São ao menos 22 Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) envolvendo ambos os candidatos que disputaram o segundo turno do Palácio do Planalto, sendo 15 ações contra Lula e sete contra Flávio. Além de suspeitas de abuso de poder político e econômico, os processos também pedem investigação por uso indevido dos meios de comunicação. Caso o plenário do TSE acate algum dos processos, os candidatos podem ser condenados a até oito anos de inelegibilidade.

Dentre as ações contra Lula estão ações contra o canal de WhatsApp "Exército do Lula", criado e administrado pelo deputado federal André Janones (Rede-MG), que mobilizou aliados do presidente nas redes sociais. A equipe de Flávio acusa o canal de usar indevidamente o meio de comunicação para inflar artificialmente o engajamento de conteúdos eleitorais para Lula, manipular tendências de busca na internet e desviar restrições judiciais.

Nas acusações contra Lula também há ao menos duas ações que citam o desfile da escola de samba "Acadêmicos de Niterói". Já no caso da Flávio, a coligação "Brasil Pronto Pra Mais" (que inclui os partidos PT, PV, PCdoB, PSOL, Rede, PDT e PSB) entrou com uma ação contra o financiamento de R$ 69 milhões ao filme "Dark Horse", filme biográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), enviados pelo dono do Banco Master Daniel Vorcaro.

Fuga de Flávio aos EUA pode ampliar crise judicial entre Supremo e oposição

Após descumprir ordem de Moraes, senador deixa o Brasil; especialistas analisam possibilidades

Por **Beatriz Matos**

A saída do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para os Estados Unidos, dois dias após a derrota na eleição presidencial, ampliou os desdobramentos de uma investigação conduzida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que tem todos os elementos para ampliar a crise no Judiciário e nas relações do Brasil com os Estados Unidos.

O parlamentar deixou o Brasil após ser intimado a entregar seus passaportes e cumprir uma proibição de viagens internacionais determinada pelo ministro Alexandre de Moraes. O prazo terminou sem que os documentos fossem apresentados à Polícia Federal (PF).

Embora o descumprimento permita ao Judiciário avaliar a imposição de novas restrições, uma eventual prisão preventiva depende de requisitos legais específicos e encontra limites nas garantias constitucionais asseguradas aos parlamentares.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Flávio deixou o país com sua esposa, Fernanda, e sua filha

NÃO AUTORIZA PRISÃO

O professor do Ibmec e especialista em Direito e Processo Penal, Tédney Moreira, explica que a legislação estabelece diferentes providências diante do descumprimento de medidas cautelares.

Segundo ele, a prisão deve ser considerada excepcional, principalmente quando outras restrições não forem suficientes para assegurar o andamento da investigação.

"O simples descumprimento de uma ordem judicial para entrega de passaportes não autoriza, automaticamente, a decretação da prisão preventiva. O artigo 282, § 4º, do Código de Processo Penal estabelece que, diante do descumprimento de medidas cautelares, o juiz poderá substituir a medida, impor outra cumulativamente ou, em último caso, decretar a prisão preventiva", esclarece.

Além da necessidade de demonstrar riscos concretos, o magistrado deve observar os requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, que estabelecem as condições e hipóteses legais para a prisão preventiva. Uma possível tentativa de fuga pode ser considerada para assegurar a aplicação da lei penal, desde que existam elementos objetivos que sustentem essa avaliação.

A advogada especialista em direito constitucional e professora universitária Lívia Medeiros acrescenta que a imposição de restrições à liberdade de deslocamento antes de uma condenação é juridicamente possível, mas depende de fundamentação individualizada, proporcionalidade e possibilidade de revisão. Como a decisão de Moraes foi inicialmente noticiada sob sigilo, a análise sobre sua validade exige conhecimento dos fundamentos utilizados pelo ministro.

A viagem de Flávio foi confirmada nesta terça-feira (27) à agência Reuters por um aliado próximo do senador e uma fonte do governo norte-americano. Pessoas ligadas à família Bolsonaro afirmaram que ele deixou o país acompanhado da esposa e das duas filhas, por receio de uma eventual prisão. O percurso utilizado para chegar aos Estados Unidos não havia sido esclarecido publicamente.

O Departamento de Estado norte-americano também informou que emitirá vistos para Flávio e seus familiares, segundo confirmação do Departamento de Estado Norte-americano, permitindo a entrada deles no país. A manifestação ocorreu em meio a informações divulgadas por aliados sobre uma possível concessão de asilo político, benefício que não havia recebido confirmação oficial.

SAÍDA DO PAÍS

A movimentação ocorreu após uma sequência de acontecimentos iniciada na reta final da disputa presidencial. Na sexta-feira (23), o ex-deputado Eduardo Bolsonaro defendeu, durante uma entrevista a um podcast nos Estados Unidos, que Flávio deixasse o Brasil caso fosse derrotado nas eleições. Na segunda-feira (26), depois de visitar o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, o senador recebeu uma intimação da Polícia Federal e afirmou publicamente que não pretendia deixar o território brasileiro.

"Eu nunca pensei em sair do país. Eu vou entregar os passaportes e vou me defender dessa aberração, que é uma clara tentativa de me intimidar", declarou Flávio em vídeo publicado nas redes sociais.

Segundo a defesa, o último contato com o senador ocorreu às 16h30 de segunda-feira. Na ocasião, ficou combinado que os documentos seriam entregues aos advogados na manhã seguinte. Entretanto, as tentativas posteriores de comunicação não tiveram resposta. O prazo estabelecido pelo Supremo terminou às 11h de terça-feira sem que os passaportes fossem apresentados. A Polícia Federal cancelou os documentos comum e diplomático nos sistemas oficiais. Mas Flávio tem também um passaporte italiano: ele tem dupla cidadania desde 2023.

MARCELLO CASAL JRAGÊNCIA BRASIL



Após a fuga, Valdemar Costa Neto fez reunião de emergência do PL

Documentos obtidos pela imprensa mostram que a própria PF havia apontado ao Supremo um risco concreto de saída do país. Segundo informações divulgadas pela Folha de S.Paulo, a manifestação foi encaminhada a Moraes no domingo (25), após o resultado das eleições. Entre os elementos considerados estavam a mudança de do advogado Willer Tomaz, amigo e ex-sócio de Flávio, para os Estados Unidos e a estrutura de apoio mantida por Eduardo Bolsonaro no exterior.

A ausência de contato com os advogados, seguida da confirmação da viagem internacional, passou a integrar a avaliação sobre as circunstâncias em que a determinação judicial deixou de ser cumprida. Do ponto de vista jurídico, a distinção entre não ser localizado, descumprir uma ordem e deixar deliberadamente o país para evitar a Justiça é importante para estabelecer as consequências processuais.

Tédney Moreira ressalta que a caracterização de uma fuga exige elementos objetivos sobre o comportamento do investigado e sua finalidade.

"Essas três situações são juridicamente distintas e não podem ser tratadas como equivalentes. O fato de uma pessoa não ser localizada pelas autoridades significa, inicialmente, apenas que seu paradeiro não foi identificado. Essa circunstância, isoladamente, não permite concluir que esteja fugindo ou tentando impedir a atuação da Justiça", explica.

O especialista acrescenta que o descumprimento de uma intimação depende da existência de uma determinação válida, do conhecimento de seu conteúdo e do não atendimento à obrigação. Já a fuga exige circunstâncias que indiquem uma conduta deliberada para evitar a atuação das autoridades.

"Não ser localizado é uma circunstância factual; descumprir uma ordem judicial é uma conduta processualmente relevante; fugir para evitar a Justiça exige elementos concretos que sustentem essa conclusão. A passagem de uma situação para outra não pode decorrer de presunções ou especulações", afirma.

A Polícia Federal acionou autoridades argentinas após a divulgação de informações de que Flávio poderia ter utilizado uma rota pelo país vizinho antes de seguir aos Estados Unidos. O governo argentino afirmou não ter encontrado registros de entrada do parlamentar pelos canais migratórios regulares. Uma autoridade da PF informou que o senador não deixou o território brasileiro por um posto regular de controle migratório.

INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA

As restrições impostas ao senador foram determinadas no âmbito de um inquérito que apura suspeitas de lavagem de dinheiro e evasão de divisas envolvendo Flávio Bolsonaro e Willer Tomaz. A decisão de Moraes também proibiu o contato entre os dois investigados. As suspeitas permanecem em apuração e não representam uma condenação criminal.

Willer também foi alvo da Operação Sem Desconto, relacionada às investigações sobre irregularidades em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O empresário deixou o Brasil e passou a morar nos Estados Unidos.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Flávio Bolsonaro deixou o Brasil para escapar de Moraes e acertou, avaliam aliados

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



Eventual saída de Flávio Bolsonaro para os EUA é considerada acertada por interlocutores

■ **Aliados de Flávio Bolsonaro (PL) avaliam que o senador acertou ao deixar o Brasil rumo aos Estados Unidos, caso a viagem seja confirmada. Na avaliação desses interlocutores, o ministro Alexandre de Moraes (STF) estaria preparando a prisão de Flávio para utilizá-la como moeda de troca e evitar um eventual impeachment no Senado.**

■ A avaliação leva em consideração a eleição de senadores favoráveis ao impeachment de ministros do STF. Segundo aliados de Flávio, Moraes pretendia utilizar a possibilidade de prisão do parlamentar para enfraquecer a articulação contra sua permanência na Corte.

■ **Na percepção desses interlocutores, a estratégia não se limitaria a Flávio Bolsonaro. Investigações contra o senador também serviriam para intimidar Carlos Bolsonaro e outros parlamentares de seu entorno que poderiam apoiar o impeachment de Moraes.**

■ Os aliados acreditam que novas investigações poderiam atingir outros senadores e pessoas próximas a eles, com o objetivo de neutralizar uma eventual votação do impeachment no Senado até outubro de 2027, quando Moraes deverá assumir a presidência do STF.

■ **Nesse cenário, a eventual saída de Flávio Bolsonaro para os Estados Unidos é considerada acertada por esses interlocutores. A avaliação é que, em território norte-americano, o senador poderia continuar atuando politicamente e mantendo uma voz ativa, sem ficar sujeito a uma eventual ordem de prisão de Moraes no Brasil.**

Gilmar Mendes será relator de ação de Janones e Lindbergh contra Flávio

ROSINEI COUTINHO/STF



Gilmar Mendes é ministro do Supremo

■ **O ministro Gilmar Mendes (STF) será o relator de uma ação apresentada pelos deputados federais André Janones (Rede) e Lindbergh Farias (PT) contra uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) favorável a Flávio Bolsonaro (PL). O processo foi distribuído ao magistrado nesta terça-feira (27), dois dias após o segundo turno das eleições presidenciais.**

■ A reclamação foi protocolada no domingo (25), às 19h25, e busca derrubar uma decisão do TSE, tomada em 22 de outubro, que determinou a retirada de cinco publicações das redes sociais dos parlamentares e concedeu direito de resposta a Flávio.

■ **O julgamento ocorreu por 4 votos a 3, prevalecendo o entendimento do ministro André Mendonça, relator do caso na Justiça Eleitoral.**

■ As publicações questionadas foram feitas em 11 de setembro e abordavam propostas atribuídas à candidatura de Flávio relacionadas à aposentadoria, ao salário mínimo, à jornada de trabalho e à Petrobras.

■ **Na ação, Janones e Lindbergh sustentam que as declarações estavam protegidas pela liberdade de expressão e que a determinação de retirada integral das publicações foi desproporcional.**

■ Os deputados também questionam a concessão de sucessivos prazos para Flávio apresentar o texto do direito de resposta. Segundo a reclamação, Mendonça rejeitou uma versão intitulada "Lula foi condenado", por conter propaganda eleitoral e críticas ao presidente Lula, mas autorizou a apresentação de uma nova redação.

DISTRIBUIÇÃO NO STF

■ **A certidão de distribuição registra que Gilmar Mendes foi sorteado relator às 15h07 desta terça-feira.**

■ Os ministros André Mendonça, Dias Toffoli e Nunes Marques foram excluídos do sorteio por terem participado do julgamento na Justiça Eleitoral, conforme prevê o Regimento Interno do STF.

■ **A ação contém pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão do TSE. Até o momento, a documentação apresentada registra apenas a distribuição do processo, sem decisão de Gilmar Mendes sobre o pedido.**

Advogado ligado a Flávio, Willer Tomaz apresenta queixa-crime contra Janones no STF

■ **O advogado Willer Tomaz apresentou uma queixa-crime ao STF contra o deputado federal André Janones (Rede), acusando-o de difamação por divulgar uma fotografia supostamente fabricada com inteligência artificial às vésperas das eleições presidenciais. Na ação, Willer pede a condenação do parlamentar e uma reparação mínima de R$ 50 mil.**

■ Willer realizou viagens internacionais com Flávio Bolsonaro (PL) e atuou na defesa de um mesmo empresário. Durante o debate presidencial da TV Globo, em 23 de outubro, Flávio negou manter sociedade com o advogado: "Willer é um amigo, não é meu sócio".

■ **A queixa-crime tem como alvo uma publicação feita por Janones na rede social X, horas antes do último debate. Na postagem, Janones divulgou duas imagens acompanhadas da mensagem: "Ora ora ! Wiler Tomaz também estava presente com algumas amiguinhas! Continua trucando Flavinho".**

■ Segundo a defesa, a publicação ocorreu 29 minutos depois de outra mensagem em que Janones insinuava que Flávio teria participado de um encontro com duas irmãs gêmeas menores de idade em um karaokê em Dubai.

■ **A queixa sustenta que Janones utilizou uma fotografia adulterada para associar Willer ao episódio. O advogado afirma que nunca esteve no ambiente retratado e que seu rosto foi inserido artificialmente na imagem.**

■ "A fotografia é falsa. A cena não existe", afirma a petição.

PEDIDO DE PERÍCIA E CONDENAÇÃO

■ **Willer solicita que o STF determine uma perícia nas fotografias e obrigue a plataforma X a fornecer os arquivos originais, metadados e registros de edição das publicações.**

■ Segundo a ação, Janones editou a postagem um minuto após a publicação para acrescentar a palavra "também", supostamente para associar o advogado ao episódio envolvendo Flávio.

PINGA-FOGO

■ **DEIXAR O BRASIL PARA NÃO SER CALADO PELO STF FOI O MOTIVO DA IDA DE FLÁVIO PARA OS EUA - Alguém ouviu um pio de Jair Bolsonaro nestas eleições? Ele foi calado como líder da direita. Além da privação de liberdade, a condenação o impediu de se manifestar. O papel de porta-voz foi passado ao filho Flávio Bolsonaro. E se ele for preso preventivamente e com medidas que o irão calar? A ida para os Estados Unidos foi para garantir que ele possa se manifestar e não sofrerá as medidas restritivas impostas ao pai e a outros oposicionistas .A direita já tem o seu mártir, hoje preso e amordaçado, o que adiantaria ter um outro na cadeia e sem poder falar?**

■ AS DUAS INTERVENÇÕES DO STF EM UM DOMINGO QUE ERA PARA SER DE FESTA PARA A ESQUERDA - Os sete minutos entre o anúncio da vitória e o pedido de apreensão dos passaportes feito pela Polícia Federal foram um tiro no pé. Serviu como uma certidão das intenções de trucidar politicamente um candidato que recebeu 59.826.041 votos naquele mesmo dia..

■ **O STF protagonizou no domingo, 25 de outubro, duas atitudes que macularam o processo eleitoral. A intervenção para prorrogar o fechamento das urnas e a noite acatar o pedido de apreender o passaporte do candidato derrotado.**

■ IDA DE FLÁVIO PARA OS EUA GEROU MANCHETES NEGATIVAS PARA LULA NO MUNDO DEMOCRÁTICO - A saída de Flávio Bolsonaro do Brasil teve um efeito nefasto na imagem do governo Lula, pela decisão da Polícia Federal solicitar, em ato contínuo à divulgação do resultado, o pedido de apreensão de passaporte e restrição para deixar o país. É difícil nos países democráticos compreender que isso ocorra sem o véu ditatorial.

■ **LULA JÁ DESAFIOU A SUPREMA CORTE E RESGATOU UMA EX-PRIMEIRA-DAMA CONDENADA POR RECEBER PROPINA DA ODEBRECHT - Curioso o presidente Lula... é mais uma para o capítulo faça o que eu digo, mas não faça ou que eu faço... O governo brasileiro utilizou a estrutura oficial do Estado para trazer Nadine Heredia, ex-primeira-dama do Peru, ao país em abril de 2025.**

■ Ela viajou acompanhada de seu filho menor de idade em um jatinho da Força Aérea Brasileira (FAB) após receber asilo diplomático concedido pelo governo Lula.

■ **O transporte foi realizado em uma aeronave VC-99C da FAB com seis tripulantes. Segundo dados públicos levantados posteriormente, a logística custou R$ 345.013,56 aos cofres públicos brasileiros. Em janeiro de 2026, o Tribunal de Contas da União (TCU) arquivou um pedido de investigação sobre esses gastos.**

■ **O Governo Lula reagiu a uma decisão da Suprema Corte do Peru, que foi considerada pelo Brasil injusta e perseguição política. Horas antes do embarque no voo da FAB, a ex-primeira-dama e seu marido, o ex-presidente Ollanta Humala, haviam sido condenados pelo STF do Peru a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro. O processo envolve o recebimento de verbas ilícitas da construtora Odebrecht (atual Novonor) e do governo de Hugo Chávez para campanhas eleitorais. Duas acusações que para Lula não são crime... afinal receber propina da Odebrecht ou de Hugo Chávez "nunca foi crime" em um Brasil petista.**

■ **Para que Nadine pudesse embarcar na aeronave oficial brasileira, o governo do Peru — liderado pela presidente Dina Boluarte — concordou formalmente e emitiu o salvo-conduto, permitindo que ela deixasse a embaixada brasileira em Lima e saísse do país sem ser detida. Neste caso o Governo brasileiro confrontou a decisão do STF peruano sem o menor pudor . Afinal, de Odebrecht e Hugo Chávez eles conhecem bem. Em nenhum momento ela foi chamada pela Imprensa brasileira de "fugitiva".**



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

Governador em exercício recebe cúpula das Corregedorias de Justiça de todo o país no Palácio Laranjeiras

FOTOS ROSANE NAYLOR



O governador em exercício do Rio, desembargador Ricardo Couto, recebeu representantes do Judiciário das cinco regiões do país para visita ao Palácio das Laranjeiras.

O governador em exercício e presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Ricardo Couto, abriu as portas do Palácio Laranjeiras, na terça-feira, 27 de outubro, para um almoço com Corregedoras e Corregedores-Gerais de Justiça de todo o Brasil.

O encontro reuniu representantes do Judiciário das cinco regiões do país Sul, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste em almoço de fortalecimento das relações institucionais e fortalecimento dos laços institucionais.

A reunião transformou o Laranjeiras em ponto de encontro de peso da magistratura brasileira, aproximando autoridades de diferentes estados em torno do diálogo e da integração entre as instituições.



O corregedor-geral de Justiça do Rio, Claudio Brandão, ao discursar no encontro



A reunião transformou o Palácio Laranjeiras em ponto de encontro de peso da magistratura brasileira

Grandes nomes do Judiciário prestigiam lançamento de livro de Marcelo Lima Buhatem

Na noite da última segunda-feira, 26/10, o foyer do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) recebeu uma concorrida sessão de autógrafos para o lançamento de Evoluir para Involuir - O Passado Incerto da Jurisprudência, livro de estreia de Marcelo Lima Buhatem. O evento reuniu importantes personalidades e autoridades do meio jurídico nacional.

FOTOS ROSANE NAYLOR



Na abertura os desembargadores Cláudio Dell orto, Cláudio Brandão, Ricardo Couto, Marcelo Buhatem e o ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca



O professor José Roberto de Castro Neves e o desembargador Marcelo Buhatem



Os desembargadores Luiz Zveiter e Marcelo Buhatem



Os desembargadores Renata Cabo, Carlos Alberto Menezes Direito, Marcelo Buhatem, Paulo Wunder e Juan Luiz Vasquez



Os magistrados Peterson Simão, Paulo Assed, Eduardo Abreu Biondi, Mônica Di Piero, Fernando Chagas e Rogério de Oliveira Souza



Os desembargadores André Emílio Von Melentovytch e Maria Angélica Guerra Guedes



Daniel Homem de Carvalho com o desembargador Marcelo Buhatem

MAGNIFIC



Filhos enlutados tentam elaborar a dor e se adaptar à nova realidade, uma dimensão que não cabe nas estatísticas

Quando ocorre um feminicídio, a tragédia só está começando

Os filhos, agora sem os pais, precisam continuar sob o peso de um luto duplamente traumático

Por **Ana Carolina Martins**

Uma mulher é assassinada. A cena do crime é isolada e, enquanto a polícia começa a investigação e busca o suspeito, o corpo da vítima é levado ao Instituto Médico-Legal (IML). Para as estatísticas, mais uma vítima é acrescentada à contagem dos feminicídios, mas para a família, porém, nada mais poderá ser encerrado em relação ao crime hediondo. E é justamente nesse ponto que uma segunda tragédia silenciosa e de duração imprevisível nasce.

Quando a vítima deixa filhos, o feminicídio os transforma em órfãos da violência. Eles perdem a mãe de maneira brutal e, na maioria dos casos, o pai como referência familiar, já que ele, enquanto autor do crime, acaba preso, foragido ou morto. Aquele lar esvazia-se completamente. Avós, tios e parentes se vêem obrigados a assumir responsabilidades inesperadas.

As crianças enlutadas precisam se adaptar a uma nova realidade, enquanto tentam elaborar a dor da ausência. Essa é uma dimensão do feminicídio que não cabe nas estatísticas das vítimas femininas.

Em Campinas, pelo menos cinco mulheres foram vítimas de feminicídio até agosto deste ano, segundo levantamento na base de registros oficiais. O número refere-se aos oito primeiros meses de 2026 e não dimensiona exatamente o balanço do ano.

No Estado de São Paulo, foram registrados 170 feminicídios de janeiro a agosto de 2026, praticamente no mesmo patamar dos 168 registrados no mesmo período de 2025. No mesmo período, as prisões e apreensões relacionadas à violência doméstica cresceram 33,4%, passando de 1.865 para 2.487. Os números, entretanto, contam apenas uma parte da história.

Laís Vieira, analista de projetos da Fundação FEAC e especialista em combate às violências, acredita que o feminicídio é a expressão extrema das desigualdades e violências de gênero, cujos efeitos ultrapassam a vítima direta e atingem todo o seu entorno. “Para crianças e adolescentes, pode representar a perda simultânea da mãe e, quando o autor é o pai ou padrasto, também dessa referência parental, além da ruptura de vínculos, da insegurança material, da desproteção jurídica e de complexas repercussões emocionais desse tipo de violência e do luto decorrente”, explica.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



Manifestação contra o feminicídio: a repercussão ultrapassa a vítima direta, atingindo todo o seu entorno

Devido à dimensão da orfandade gerada pelo feminicídio, em maio de 2026, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Defensoria Pública da União estabeleceram um fluxo nacional específico para as vítimas que perderam as mães assassinadas, a fim de permitir a regularização mais rápida da representação legal e facilitar o acesso à pensão especial criada pela Lei 14.717/2023.

A proteção dos órfãos de feminicídio exige atuação articulada entre assistência social, saúde, educação e Justiça, com responsabilidades definidas e acompanhamento contínuo, defende Laís. “Um passo crucial é mapear e acompanhar essas crianças, assegurando os encaminhamentos entre os serviços e evitando que o acesso aos direitos dependa exclusivamente da iniciativa autônoma dos familiares”, observa.

CRIME CONTINUA REBERVERANDO

Uma criança que perde a mãe em um feminicídio pode ter de enfrentar simultaneamente o trauma da morte, a prisão do pai, a mudança de residência, a ruptura da rotina, dificuldades financeiras, disputas de guarda e a ausência de referências afetivas. Se o pai é o acusado, surge ainda uma contradição muito dolorosa: aquele que deveria exercer proteção passa a ser apontado como responsável pela destruição da família.

Os avós podem se tornar pais. Tios podem assumir crianças de uma hora para outra. Irmãos mais velhos podem passar a desempenhar responsabilidades para as quais nunca foram preparados... E criança, traumatizada, pode permanecer com perguntas para as quais nenhum adulto consegue oferecer uma resposta capaz de amenizar um pouco que aconteceu.

UMA VIOLÊNCIA “NORMALIZADA”?

Em Campinas, foram registradas 1.777 notificações de violência contra mulheres adultas em 2024, segundo o Sisnov, contra 1.585 em 2023 — aumento de 12%. Entre 2019 e 2024, foram 6.818 notificações. Em 42,1% dos casos, o responsável apontado era cônjuge ou ex-cônjuge. Há ainda um indicador que chama atenção: Campinas registrou 1.958 descumprimentos de medidas protetivas em 2025, contra 1.711 em 2024.

Uma pesquisa do CNJ envolvendo 10.063 inquéritos e ações penais de feminicídio iniciados em 2024 e 2025 revelou que 67% das vítimas não tinham medida protetiva anterior contra o réu. Em 32,4% dos casos havia medida protetiva anterior.

Em Campinas, o poder público municipal integra a rede de proteção, respondendo pela identificação das situações de vulnerabilidade e risco, viabilizando os encaminhamentos necessários e assegurando o acompanhamento especializado nos casos em que essa intervenção se fizer necessária.

De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, as situações podem chegar por meio dos Conselhos Tutelares, do sistema de Justiça e dos serviços de saúde, educação e segurança pública. E a partir das necessidades identificadas, são adotadas as providências de proteção e, quando necessário, realizado o acompanhamento socioassistencial especializado pelo Creas do território, em articulação com os demais serviços da rede.

O problema é que não há, até o momento, informações consolidadas e facilmente acessíveis delimitando quantas crianças e adolescentes de perderam as suas mães em feminicídios, quantas foram encaminhadas para parentes, quantas precisaram de acolhimento e quantas recebem acompanhamento psicológico ou assistência continuada.

Estado cria projeto para integrar Saúde e polícias em casos de violência sexual

Projeto começará no ABC, com regras para coleta de provas e avaliação de expansão a outros municípios.

GOVERNO DE SP/DIVULGAÇÃO



Projeto piloto em São Bernardo do Campo prevê integração entre equipes de saúde e segurança pública na coleta de provas de violência sexual

Da **Redação**

O governo de São Paulo instituiu um projeto piloto para integrar os serviços de saúde e segurança pública no atendimento a vítimas de violência sexual. A iniciativa, denominada Acolhe Integrado, começará em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, e prevê a criação de procedimentos para coleta, armazenamento e transporte de materiais biológicos que poderão ser utilizados em investigações policiais.

A medida consta na Resolução SSP-54, publicada nesta terça-feira (27) no Diário Oficial do Estado. O projeto será coordenado pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), em parceria com órgãos estaduais e municipais.

O objetivo é estabelecer uma atuação conjunta entre profissionais de saúde, policiais civis e equipes da Polícia Técnico-Científica. A proposta inclui a capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento e pela coleta de vestígios de crimes sexuais.

A resolução determina que os materiais recolhidos sejam preservados de acordo com as regras da cadeia de custódia, procedimento que permite acompanhar a identificação, o armazenamento e a movimentação das provas até sua utilização em exames periciais.

A iniciativa também prevê a elaboração de documentos para garantir que a coleta de material biológico seja realizada mediante consentimento livre e esclarecido da vítima.

IMPLANTAÇÃO NO ABC

São Bernardo do Campo foi escolhida para iniciar a experiência por reunir, segundo a SSP, condições estruturais e operacionais para desenvolver o projeto. A resolução, entretanto, não informa qual unidade de saúde participará da iniciativa nem estabelece uma data para o início dos atendimentos. A organização ficará sob responsabilidade de um grupo de trabalho formado por representantes da SSP, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Técnico-Científica e das secretarias municipais de Saúde, Segurança e Assistência Social.

O grupo deverá definir os recursos humanos e materiais necessários, elaborar protocolos de atendimento e estabelecer procedimentos para o encaminhamento das provas aos órgãos responsáveis pelas perícias.

Entre as atribuições também estão a definição dos prazos de armazenamento e descarte do material coletado, além da elaboração de orientações destinadas às vítimas que desejarem registrar ocorrência na Polícia Civil.

AVALIAÇÃO ATÉ DEZEMBRO

A resolução estabelece cinco áreas de atuação: formação de profissionais, recursos humanos e materiais, orientações às vítimas, protocolos operacionais e indicadores de acompanhamento. Até 18 de dezembro, o grupo deverá apresentar um relatório com as atividades desenvolvidas entre outubro e dezembro de 2026. O documento deverá reunir dados operacionais e indicadores para avaliar a implantação do projeto.

Com base nos resultados, a SSP poderá analisar a ampliação do modelo para outros municípios paulistas. A resolução também permite que o grupo identifique cidades interessadas em participar da iniciativa, desde que apresentem condições estruturais e operacionais compatíveis.

As questões sobre o investimento necessário para a implantação e a quantidade de profissionais que serão capacitados serão discutidas posteriormente.

CPTM aceita Carteira Digital do TOP em todas as estações

Da **Redação**

A CPTM passou a aceitar a Carteira Digital do TOP nos bloqueios de todas as estações do sistema ferroviário metropolitano. Com a novidade, passageiros podem usar créditos do aplicativo para gerar bilhetes digitais em QR Code e pagar a tarifa pelo celular, sem precisar do cartão físico.

Para utilizar o serviço, é necessário baixar o aplicativo TOP, realizar o cadastro e adicionar créditos à carteira digital via Pix. O QR Code exibido na tela do smartphone é lido nos equipamentos das catracas e nos validadores dos ônibus intermunicipais. Os créditos comprados por Pix são destinados exclusivamente à geração de bilhetes digitais no aplicativo.

A CPTM é responsável pela gestão e centralização do sistema de bilhetagem e das linhas de bloqueio da rede ferroviária metropolitana. A solução está disponível em todas as estações, tanto nas linhas operadas pela companhia quanto naquelas concedidas à iniciativa privada.

Segundo o presidente da CPTM, Michael Cerqueira, a medida amplia as opções de autoatendimento e busca facilitar o deslocamento dos passageiros. A carteira digital integra o conjunto de iniciativas de modernização tecnológica adotadas pela companhia em 2026 para diversificar os meios de pagamento.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



Para utilizar o serviço, o passageiro precisa baixar o aplicativo TOP

Entre os avanços está o pagamento por aproximação, com tecnologia NFC, nos bloqueios das 97 estações. O recurso permite embarcar com cartões de débito e crédito físicos ou virtuais e carteiras digitais em celulares, das bandeiras Elo, Mastercard e Visa.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos transporta cerca de 1,3 milhão de passageiros por dia útil. As três linhas da CPTM somam 129 quilômetros de extensão e atendem moradores de 11 municípios, incluindo a capital paulista. A rede tem 39 estações, 18 delas na capital e municípios vizinhos.

Abstenção recua nas 39 cidades da Grande SP

Capital concentra 59,3% da queda nas ausências entre turnos eleitorais

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Taxa de abstenção recuou de aproximadamente 22,81% para 19,97%

Da **Redação**

A abstenção diminuiu nas 39 cidades da região metropolitana de São Paulo no segundo turno da eleição presidencial, realizado no domingo (25). O total de eleitores ausentes passou de 3.713.715 na primeira votação para 3.248.200 na segunda, uma redução de 465.515. A capital concentrou 59,3% dessa diferença, com 275.975 ausências a menos.

No conjunto dos municípios, a taxa de abstenção recuou de aproximadamente 22,81% para 19,97%, queda de 2,84 pontos percentuais. Na cidade de São Paulo, 2.137.873 eleitores deixaram de votar no primeiro turno. No segundo, foram 1.861.898. Os números indicam aumento da participação, mas não permitem identificar individualmente quem passou a comparecer ao pleito.

A diferença entre os totais de ausentes não significa que todos os eleitores que faltaram à primeira votação tenham ido às urnas na etapa seguinte. O resultado representa o saldo entre os dois turnos. A redução de 465.515 ausências corresponde à comparação dos totais registrados nas duas datas.

A cidade de Diadema apresentou a maior queda na taxa de abstenção da região. O índice passou de 22,61% para 19,02%, redução de 3,59 pontos percentuais. A cidade de Carapicuíba veio em seguida, com recuo de 25,14% para 21,70%, diferença de 3,44 pontos. Em Taboão da Serra, a taxa caiu de 19,57% para 16,17%, diminuição de 3,40 pontos percentuais.

Jandira registrou queda de 3,21 pontos percentuais, de 21,15% para 17,94%. Em Embu das Artes, a proporção de ausentes passou de 21,81% para 18,65%, redução de 3,16 pontos. Francisco Morato também teve recuo de 3,16 pontos percentuais. Embora todas as cidades tenham registrado diminuição, a intensidade da mudança variou entre os municípios.

Franco da Rocha teve a menor redução proporcional. A abstenção passou de 25,92% no primeiro turno para 25,59% no segundo, queda de 0,33 ponto percentual. Mesmo com o recuo, o município manteve a maior taxa de ausências da Grande São Paulo na segunda votação. São Caetano do Sul ficou no outro extremo, com o menor índice da região: 14,68%.

Os resultados mostram diferenças entre os indicadores de participação. A capital concentrou a maior parcela da redução no número de ausentes, enquanto Diadema liderou a queda em pontos percentuais. São medidas distintas: uma considera a quantidade de ausências a menos; a outra compara a proporção de eleitores que não votaram em cada município.

A redução regional de aproximadamente 2,84 pontos percentuais também não corresponde à variação de cada cidade. Em Diadema, a queda foi superior a esse resultado agregado. Em Franco da Rocha, ficou abaixo. O recuo ocorreu em toda a região, mas os percentuais municipais mostram que a mudança no comparecimento não teve intensidade uniforme.

Na disputa presidencial, o candidato Lula (PT) venceu Flávio Bolsonaro (PL) em 21 dos 39 municípios da região, com reversões em cidades como Osasco e Cotia. Diadema e Francisco Morato tiveram os maiores percentuais do petista. Guararema e Santa Isabel registraram as maiores votações proporcionais do candidato Flávio Bolsonaro.

Abstenção é a ausência à votação. Já votos brancos e nulos são registrados por eleitores que comparecem à votação, mas não escolhem um candidato disponíveis ao cargo. Essas duas modalidades não entram na contagem dos votos válidos. Para votar em branco, o eleitor usa a tecla específica e confirma. E o chamado voto nulo ocorre ao confirmar um número sem candidato para aquele cargo.

Senai abre 3.357 vagas gratuitas para cursos em SP

Da **Redação**

O Senai-SP está com inscrições abertas até 9 de novembro para 3.357 vagas gratuitas em cursos técnicos e de aprendizagem industrial. As aulas presenciais têm início previsto para o primeiro semestre de 2027, em 58 unidades na capital, na Grande São Paulo, no interior e no litoral.

NÚMERO DE VAGAS

São 1.997 vagas para cursos técnicos e 1.360 para aprendizagem industrial. A oferta reúne mais de 50 cursos, entre eles Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores, Automação Industrial, Mecatrônica, Química, Equipamentos Biomédicos, Instrumentação Industrial e Mecânica de Precisão.

Os interessados devem se inscrever pelo site do Senai-SP, nas páginas dos processos seletivos destinados à comunidade. O prazo termina às 21h de 9 de novembro. A inscrição para os cursos técnicos custa R$ 40. Na aprendizagem industrial, não há cobrança de taxa.

A seleção será feita por provas digitais presenciais na escola escolhida, com agendamento pelo candidato. Para aprendizagem industrial, os exames ocorrerão de 10 a 27 de novembro. O resultado final será divulgado em 14 de dezembro, às 14h, e os classificados na seleção deverão se matricular entre os dias 14 e 18 do mesmo mês.

Nos cursos técnicos, as provas serão aplicadas de 30 de novembro a 14 de dezembro. O resultado está previsto para 23 de dezembro, às 14h.

DIVULGAÇÃO



As aulas presenciais têm início previsto para o primeiro semestre de 2027

As matrículas dos classificados serão realizadas de 4 a 8 de janeiro de 2027.

As avaliações da aprendizagem industrial têm 60 questões de múltipla escolha: 20 de língua portuguesa, 20 de matemática e 20 de ciências, com conteúdos do ensino fundamental.

Para os técnicos diurnos, é necessário estar matriculado, no mínimo, no segundo ano do ensino médio até o início das aulas ou já ter concluído essa etapa. No noturno, é exigida a conclusão do ensino médio até o começo do curso. Não há idade máxima, e o diploma depende da conclusão dessa etapa escolar.

APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Na aprendizagem industrial, o candidato à vaga deve concluir o ensino fundamental e comprovar matrícula no ensino médio ou sua conclusão até o início das aulas no Senai. A idade mínima é de 14 anos, e o curso deve ser concluído antes de o estudante completar 24 anos, ressalvadas as exceções do edital.

Os cursos técnicos duram até dois anos e combinam teoria e prática. A relação de formações, escolas, horários e requisitos pode ser consultada no portal sp.senai.br.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE** (estagiário) **E RAFAEL CHINAGLIA**

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Atividades seguem até 6 de novembro, em carretas como salas de aula

Capacitação inicia ciclo com cursos em 17 cidades da Grande São Paulo

O programa Caminho da Capacitação iniciou, nesta segunda (26), o 31º ciclo de cursos profissionalizantes em 17 municípios da Grande São Paulo. As aulas seguem até 6 de novembro, em carretas adaptadas, com formações em áreas como gastronomia, beleza, tecnologia, cuidados com idosos e manutenção elétrica e automotiva. Das 1.187 vagas oferecidas, ainda há oportunidades em Embu-Guaçu, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Santo André e São Bernardo do Campo. As inscrições para as vagas restantes ficam abertas até terça (27) ou enquanto houver disponibilidade. A iniciativa prioriza pessoas em situação de vulnerabilidade social, desempregados, inscritos no CadÚnico e mulheres responsáveis pelo sustento familiar. A idade mínima varia entre 14 e 18 anos, conforme o curso. As aulas combinam teoria e prática, com turmas nos períodos da manhã, tarde e noite, conforme cada curso.

Guarulhos inclui pratos na identidade da cidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara de Guarulhos aprovou parecer favorável ao PL 22/2026, de autoria do vereador Guto Tavares (PDT), que propõe incluir o Guisado Guarulhense e o Sorvete de Mandioca na identidade gastronômica da cidade. O texto recebeu emenda modificativa para adequar a proposta. Segundo o relator, a mudança permite que o autor solicite posteriormente ao Executivo o reconhecimento dos pratos como típicos, por meio de processo administrativo na Secretaria de Cultura.

FOTÓGRAFO: BRUNO NETTO



Laércio Sandes, Daniel Alves e Karina Soltur participaram dos debates

Câmara de Arujá regulamenta acesso à informação

Câmara de Arujá aprovou resolução que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Legislativo. A norma organiza o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que recebe pedidos presenciais e eletrônicos. Informações disponíveis devem ser fornecidas imediatamente; nos demais casos, o prazo é de até 20 dias, prorrogável por mais dez, mediante justificativa. A resolução prevê divulgação de despesas, contratos e licitações, além de regras para proteger dados pessoais. As adequações deverão ocorrer em até 60 dias.

Taboão aprova cadastro de proteção á violência

A Câmara de Taboão da Serra aprovou, por unanimidade, projeto que cria o Cadastro Único de Violência Doméstica (CAVID). De autoria do vereador Marcos Paulo, a proposta prevê a integração de dados de órgãos de saúde, assistência social, segurança e educação, para facilitar o acompanhamento das vítimas e seu encaminhamento à rede municipal de proteção. O texto segue para análise do prefeito Engenheiro Daniel.

Cotia

A Câmara de Cotia realizou, na terça, a 34ª Sessão Ordinária, com projetos sobre a aceitação de receitas médicas. Também foram adiadas cinco votações, incluindo propostas sobre eventos climáticos, violência contra a mulher e monitoramento de escolas. A sessão teve ainda oito indicações e a eleição da Mesa Diretora para 2027-2028.

São Caetano do Sul

O vereador César Oliva (PSD), de São Caetano do Sul, solicitou estudos para aprimorar a fiscalização e remoção de veículos abandonados. A proposta prevê registros, placas e histórico de notificações para evitar que a mudança de endereço impeça a caracterização do abandono. A medida agiliza a remoção e melhorar o uso das vias públicas.

Ferraz de Vasconcelos

A proposta orçamentária prevê R$ 248,1 milhões para a Educação e R$ 115,9 milhões para a Saúde. As emendas somam R$ 11,1 milhões, com R$ 656,4 mil destinados a cada vereador, metade obrigatoriamente para a Saúde. O projeto será discutido em audiência nesta terça (27), às 9h, antes da previsão de votação em dois turnos, em dezembro.

Diadema

A Câmara de Diadema realizou uma sessão com quatro projetos sobre inclusão de pessoas com TEA, capacitação de idosos, proibição de fogos com estampido e reconhecimento de entidade social. As propostas incluem a formação da Guarda Civil para atendimento a autistas e declaração de utilidade pública à Associação Vida Nova.

Carapicuíba

A Câmara de Carapicuíba aprovou requerimento que cobra da Sabesp reparos em vias danificadas por intervenções da companhia. De autoria do vereador Ronaldo Souza (PSD), o documento destaca a situação da Rua Neves Paulista, no Jardim Yaya, e foi aprovado na 34ª Sessão Ordinária, realizada na terça-feira (20).

Itaquaquecetuba

A Câmara de Itaquaquecetuba realizará audiências nos dias 11 e 26 de novembro, para discutir a Lei Orçamentária Anual de 2027. Os encontros terão participação de vereadores da Comissão de Finanças e do secretário de Planejamento, Peterson Coutinho. A população poderá acompanhar e debater a destinação dos recursos para o próximo ano.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



O piscinão Jaboticabal, que atende São Bernardo e São Caetano

SP investe R$ 960 milhões em piscinões na Grande SP

São quatro reservatórios já entregues e um em construção

Da **Redação**

O Governo de São Paulo investiu R$ 960 milhões na implantação de cinco piscinões para reduzir os impactos das chuvas na Região Metropolitana. Desde 2023, a SP Águas entregou dois reservatórios em Franco da Rocha, um em Francisco Morato e outro que atende São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Também está em construção um piscinão no entorno do estádio do São Paulo Futebol Clube, no Morumbi.

A Grande São Paulo conta com 30 piscinões distribuídos por 11 municípios: Diadema, Embu das Artes, Franco da Rocha, Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Taboão da Serra. Juntos, os reservatórios armazenam mais de 6,3 milhões de metros cúbicos de água.

Durante as chuvas intensas de setembro, as estruturas ajudaram a reter temporariamente grandes volumes de água e a reduzir os picos de vazão que chegam a rios, córregos e sistemas de drenagem.

A implantação dos piscinões integra o plano estadual de resiliência hídrica e a Operação SP Sempre Alerta – El Niño 2026/2027, lançada em 15 de outubro. A iniciativa reúne mais de 180 medidas e cerca de R$ 29 bilhões em investimentos até 2029, incluindo obras de drenagem, contenção de cheias, recuperação de rios e modernização do monitoramento.

O Programa IntegraTietê busca recuperar a capacidade de vazão do rio e de seus afluentes. Desde 2023, recebeu R$ 1,4 bilhão e removeu mais de 6,8 milhões de metros cúbicos de sedimentos. Também inclui saneamento, recuperação ambiental, monitoramento e coleta de resíduos.

Após a desestatização da Sabesp, mais de 1,5 milhão de domicílios foram conectados ao tratamento de esgoto, beneficiando mais de 4,5 milhões de pessoas. Desde 2023, foram retiradas 149,7 mil toneladas de resíduos do Rio Pinheiros, com investimentos acima de R$ 228 milhões.

A SP Águas mantém 12 pôlderes na Marginal Tietê, sistemas com áreas de retenção, muros, comportas e casas de bombas que ajudam a impedir o retorno da água do rio às vias durante chuvas fortes. No interior e litoral, o Programa Rios Vivos recebeu R$ 366,3 milhões desde 2023 para desassoreamento em cerca de 202 municípios.

Unicamp e Memorial da América Latina ampliam parceria por 25 anos

Universidade terá área para atividades acadêmicas, culturais e artísticas no centro

Da **Redação**

ANTONINHO PERRI / ANTONIO SCARPINETTI / UNICAMP.BR



Unicamp e Fundação Memorial da América Latina: termo de compromisso prevê o uso de um espaço de 450m²

A Unicamp e a Fundação Memorial da América Latina assinaram um termo de compromisso que garante à universidade o uso de um espaço de aproximadamente 450 metros quadrados no Memorial pelo prazo de 25 anos. A iniciativa marca a renovação de uma cooperação mais ampla entre as instituições, com foco no desenvolvimento de projetos conjuntos em São Paulo.

O acordo também reforça a presença da Unicamp em um centro cultural criado em 1989 a partir da concepção de Darcy Ribeiro e com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Segundo a universidade, a parceria tem importância estratégica para sua política de internacionalização e para a circulação de conhecimento entre países da região.

A iniciativa é parte da renovação de um amplo plano de cooperação entre a Unicamp e o Memorial, voltado ao desenvolvimento de projetos conjuntos. "Estamos assinando um termo que simboliza muito. Quando instituições com essa característica, com essa longevidade e, sobretudo, com projetos de Estado se encontram, a gente pode fazer muito", destaca o reitor da Unicamp, Paulo Cesar Montagner.

O reitor aponta que a cooperação regional ocupa lugar de destaque na política de internacionalização da Universidade. A parceria com o Memorial, avalia, "contribui para estreitar esses vínculos e favorece a circulação de conhecimento entre os países da região".

A pró-reitora de Extensão, Esporte e Cultura da Unicamp, Sylvia Furegatti, explica que a cessão do espaço resulta de um processo de aproximação retomado após um período em que a pandemia havia esfriado o diálogo entre as instituições. A retomada coincidiu com o interesse do Memorial em fortalecer sua dimensão acadêmica. "Foi uma confluência de interesses acadêmicos, culturais, sociais e latino-americanos", afirma.

A presença da Unicamp no Memorial já vinha se ampliando, inclusive com duas exposições recentes: uma dedicada ao trabalho do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão e outra que reúne obras de artistas docentes do Instituto de Artes (IA). A cessão de uso dará continuidade a esse movimento e oferecerá uma base física para novas atividades. Segundo Furegatti, o espaço poderá receber reuniões, seminários e outras atividades acadêmicas, além de ensaios e pequenas apresentações de grupos das áreas de artes cênicas e dança.

Para a pró-reitora, a presença da Universidade no local tem um significado que vai além da instalação de uma estrutura física, já que o centro cultural abriga uma proposta que reafirma os vínculos entre os países latino-americanos.

"Tenho dito que o melhor lugar que a Unicamp pode ocupar na capital de São Paulo, onde desejamos estar cada vez mais presentes, é o Memorial, pela representatividade do que aquele espaço arquitetônico conta para a cidade: essa convivência entre academia, cultura, ciência e conhecimento", destaca.

As informações são do Portal Unicamp unicamp.br

Campinas realiza Feirão de Emprego com mais de 2.300 vagas nesta quinta-feira, 29

Da **Redação**

ARQUIVO/PMC



Evento será das 9h às 16h, no Palácio da Cidade, Rua Regente Feijó, Centro

A Secretaria de Trabalho e Renda de Campinas realiza nesta quinta-feira, 29 de outubro, o 21º Feirão de Emprego e Oportunidades, no Palácio da Cidade, no Centro. O evento reúne 50 empresas de diferentes setores da economia e é aberto a moradores de Campinas e da região.

O atendimento acontece das 9h às 16h e inclui processos seletivos e entrevistas presenciais. Antes de chegarem aos recrutadores, os candidatos passam por triagem da equipe do Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT), que verifica o perfil profissional e direciona cada participante de acordo com os requisitos das vagas.

Além das oportunidades de emprego, o feirão também oferece serviços voltados à geração de renda. A programação inclui atendimentos da Casa do Empreendedor, orientações para Microempreendedor Individual (MEI), apoio do Sebrae e serviços do Banco do Povo.

Outra parceria da edição é com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que fará atendimentos e orientações específicas para pessoas migrantes. A proposta é ampliar o acesso a políticas públicas e facilitar a inserção no mercado de trabalho.

Entre as oportunidades, o cargo com maior volume de vagas é o de auxiliar de logística, com 300 postos oferecidos pelo Mercado Livre e exigência de ensino fundamental completo. O salário é de R$ 2.317,00.

Emdec reforça segurança nas travessias do Terminal Central

Da **Redação**

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) realiza uma campanha educativa sobre travessias seguras na área interna do Terminal Central, onde há grande fluxo de ônibus e usuários. A mobilização ocorreu na última sexta-feira e nesta segunda-feira, dias 23 e 26 de outubro, com distribuição de panfletos, cartazes fixados no espaço e exibição de vídeo educativo nas telas digitais.

O objetivo é ampliar a segurança durante a circulação pelo terminal e orientar quem passa pelo local sobre atitudes que ajudam a evitar acidentes. As mensagens foram direcionadas tanto aos pedestres quanto aos motoristas de ônibus, com foco em prevenção e respeito às áreas de circulação.

Para os pedestres, a Emdec recomenda atravessar sempre nas faixas de travessia para acessar as plataformas, evitar áreas restritas sinalizadas e não solicitar a parada de veículos em movimento. A orientação também alerta que a pressa não combina com segurança e que correr dentro do terminal para embarcar aumenta o risco de incidentes.

Aos condutores, o material destaca a necessidade de atenção redobrada ao acessar e sair das plataformas, com prioridade aos pedestres nas travessias. A campanha também reforça o respeito ao limite de velocidade de 10 km/h e a importância de sinalizar as manobras com antecedência para prevenir atropelamentos e colisões entre ônibus.

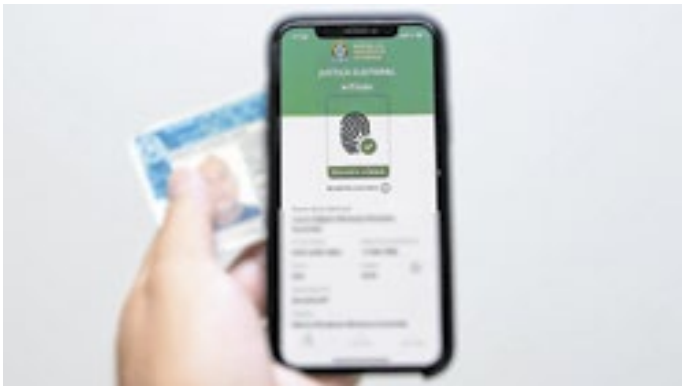
DIVULGAÇÃO/EMDEC



Panfleto traz mensagens aos pedestres que circulam pelo local

CORREIO GRANDE CAMPINAS

ANTONIO AUGUSTO/TSE



Campinas teve o maior índice, enquanto Nova Odessa registrou o menor

Abstenção no 2º turno varia entre cidades da região de Campinas

Dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que Campinas registrou a maior taxa de abstenção no segundo turno das eleições entre os 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC), com 20,97% dos eleitores ausentes. Na sequência aparecem Engenheiro Coelho, com 20,34%, e Sumaré, com 20,24%. Nova Odessa teve o menor índice, de 15,72%, seguida por Santa Bárbara d'Oeste (15,79%) e Artur Nogueira (15,94%). Monte Mor registrou 19,97%; Americana, 18,81%; Cosmópolis, 18,78%; Vinhedo, 18,75%; Jaguariúna, 18,27%; Pedreira, 17,70%; Santo Antônio de Posse, 17,29%; Holambra, 17,08%; Itatiba, 17,07%; Paulínia, 16,78%; Hortolândia, 16,64%; Valinhos, 16,59%; Morungaba, 16,53%; e Indaiatuba, 16,08%. Os índices mostram diferenças no comparecimento às urnas entre as cidades da região. No país, a abstenção caiu de 21,08% no primeiro turno para 19,22% no segundo, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral.

Indaiatuba oficializa feriado de aniversário

Indaiatuba terá feriado municipal em 9 de dezembro, data de aniversário da cidade. A mudança foi sancionada pelo prefeito Dr. Custódio Tavares e publicada na Imprensa Oficial. A legislação altera a lei de 2024 sobre feriados municipais. A data marca a elevação de Indaiatuba à categoria de Freguesia, em 1830, e passa a integrar oficialmente o calendário de feriados do município, valorizando sua história e identidade cultural. A medida também reconhece o marco histórico da formação local e preserva suas raízes.

ELIANDRO FIGUEIRA - GP/PMI



Aniversário de Indaiatuba será feriado municipal em 9 de dezembro

Itatiba reduz casos de dengue em 93% em 2026

Itatiba registrou 31 casos confirmados de dengue até o início de outubro de 2026, redução de 93% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram contabilizadas 462 confirmações. As notificações de casos suspeitos caíram de 1.180 para 300. Não houve mortes pela doença nos períodos comparados. Os dados são do Departamento de Vigilâncias em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Os agentes realizaram 15.169 visitas efetivas a imóveis e identificaram 13.094 focos ou potenciais criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Sumaré capacita equipes em saúde bucal inclusiva

Sumaré promoveu capacitação sobre atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais na Atenção Primária. A atividade foi realizada, no Centro Administrativo de Nova Veneza, com palestra da professora Fernanda Urbini Romagnolo. A iniciativa buscou aprimorar as práticas clínicas e fortalecer o acolhimento, a humanização e a inclusão na rede municipal de saúde e ampliar a qualidade do atendimento.

Rio volta ao normal

O Rio Capivari voltou ao nível normal no trecho urbano de Monte Mor nesta terça-feira (27). A Prefeitura mantém equipes na limpeza das áreas atingidas e no apoio às famílias. Na zona rural, pontos seguem inundados e duas pontes do Recreio Planalto permanecem interditadas.Equipes também distribuem kits de limpeza e marmitas às famílias afetadas.

Interrupção no poço

O vereador Pastor Miguel Pires solicitou informações ao DAE de Americana sobre a interrupção de poço artesiano que abastece os bairros Campo Verde e Vila Mariana. O requerimento questiona as causas da paralisação, as medidas necessárias para retomar o serviço e a previsão de normalização. A proposta será votada na proxíma sessão.

Americana ganha prêmio

Americana aderiu à REDEPRO, rede latino-americana voltada ao desenvolvimento produtivo, após o prefeito Chico Sardelli assinar a Declaração da Metade do Mundo. A cidade recebeu reconhecimento no Chile pelo programa Futuro Certo e pela Feira Criativa, iniciativas que promovem qualificação profissional e autonomia econômica das mulheres do munícipio.

Melhorias no serviços

O vereador Flávio Xavier de Paulínia solicita informações sobre a implantação de uma agência física do INSS na cidade, para ampliar o acesso a serviços previdenciários. Ele também propõe sistema digital para localizar sepulturas nos cemitérios municipais, com mapas e QR Codes, e melhorias nos acessos pela rodovia Professor Zeferino Vaz.

Operação Chuvas de Verão

Itatiba instituiu a Operação Chuvas de Verão 2026/2027, de 1º de dezembro a 31 de março de 2027, para prevenir riscos no período chuvoso. O plano prevê monitoramento das chuvas e do Rio Atibaia, vistorias em áreas de risco e remoção preventiva de moradores, conforme os níveis de alerta definidos pela Defesa Civil municipal e estadual.

Agendamento de consultas

O vereador Lucas Leoncine americana reuniu-se com o secretário de Saúde, para discutir investimentos para 2027. O parlamentar apresentou reclamações sobre agendamento de especialistas e renovação de receitas. Com orçamento superior a R$ 298 milhões para a área, Leoncine pretende propor emendas para ampliar recursos destinados ao custeio de exames.

CRAIG ADDERLEY / PEXELS



Festas de fim de ano elevam a demanda e pressionam o setor por mão de obra

Bares da RMC projetam 5 mil vagas temporárias até dezembro

Pesquisa aponta que fim da escala 6x1 não impacta planos de contratação

Da **Redação**

Bares e restaurantes da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e da regional de Araras projetam abrir cerca de 5 mil vagas temporárias até o fim do ano, impulsionados pelas festas e confraternizações. Pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), realizada entre 13 e 20 de outubro, aponta que o fim da escala 6x1 ainda não alterou os planos de contratação do setor.

O levantamento mostra que 31% dos estabelecimentos pretendem ampliar as equipes até dezembro, enquanto 62% planejam manter o quadro atual e 7% consideram reduzi-lo. Entre os que pretendem contratar, 73% citam o aumento da demanda no período de festas como principal motivo.

Segundo André Mandetta, presidente da Abrasel RMC, a estimativa de 5 mil postos temporários é uma projeção otimista. Nem todas as vagas devem ser preenchidas, devido à dificuldade para encontrar mão de obra. As funções mais procuradas são auxiliares de cozinha (77%), atendentes e cumins (54%), garçons (54%) e cozinheiros (43%).

A pesquisa aponta que 88% dos empresários consideram difícil ou muito difícil contratar. Para 42%, o principal obstáculo é a falta de interessados nas vagas; outros 27% citam a escassez de profissionais qualificados. A dificuldade é maior em funções especializadas: 88% relatam problemas para contratar sushimans e churrasqueiros, 87% para cozinheiros-chefes, 86% para cozinheiros e 82% para gerentes.

Para atrair trabalhadores, 51% dos estabelecimentos planejam oferecer premiações por desempenho. Outros 24% pretendem conceder benefícios, como plano de saúde, bolsas de estudo e vales, enquanto a mesma proporção avalia flexibilizar horários.

Apesar dos desafios, 79% dos empresários esperam faturar mais no fim de 2026 do que no mesmo período do ano passado. Em setembro, 25% dos estabelecimentos operaram no prejuízo, ante 19% em agosto. Outros 39% fecharam o mês em equilíbrio e 36% tiveram lucro. Além disso, 37% não conseguiram reajustar os preços do cardápio e a mesma parcela relatou pagamentos em atraso, principalmente de impostos pressionando as contas do setor

ARNALDO NISKIER

Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras

O descompasso acadêmico perante a corrida algorítmica

O avanço vertiginoso das ferramentas de inteligência artificial generativa no ambiente universitário expõe um descompasso preocupante entre a velocidade das transformações tecnológicas e a capacidade de resposta das nossas instituições de ensino superior. Recente relatório da Universidade de Stanford revela que o uso da IA por universitários brasileiros saltou de 52% em 2023 para expressivos 84% dois anos depois, evidenciando uma adesão maciça e irreversível por parte dos estudantes.

Em contrapartida, a regulamentação desse ecossistema digital pelas universidades avança a passos lentos. Pesquisa realizada em 111 instituições públicas de ensino superior — estaduais e federais — identificou apenas 27 documentos oficiais disciplinando o tema. Esse cenário de assimetria estende-se ao setor privado, onde se observam estágios desiguais de maturidade institucional: enquanto universidades como a Unicamp e a UFMG já contam com diretrizes consolidadas, outras, a exemplo da UFRJ, ainda se encontram em fase de consulta às suas comunidades.

Tal panorama deve passar por profunda mudança a partir do recente parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que, uma vez homologado, exigirá de todas as instituições a adoção de políticas formais de integridade acadêmica em até doze meses. O grande desafio, no entanto, transcende a mera formalização burocrática; reside no equacionamento da segurança da informação, na responsabilização do usuário e nas necessárias adaptações pedagógicas. Experiências pioneiras, como a da Unicamp, vedam o compartilhamento de dados sigilosos e estabelecem que a autoria permanece estritamente humana, cabendo ao estudante a inteira responsabilidade ética sobre o conteúdo final gerado.

O debate ganha contornos filosóficos e pedagógicos ainda mais profundos. Se para alguns especialistas a ideia de autoria "pura" cede espaço à capacidade de edição crítica do resultado algorítmico, para outros a proliferação de trabalhos impecáveis na forma, porém desprovidos do traço autêntico do aprendizado, acende um sinal de alerta nos cursos das áreas humanas. A universidade não pode permanecer engatinhando enquanto a inteligência artificial corre a passos largos. É urgente conciliar a inovação com o rigor intelectual, garantindo que o progresso técnico fortaleça, e jamais substitua, o pensamento crítico e a formação humana.

LUCIANA LÓSSIO

Advogada, ex-Ministra do Tribunal Superior Eleitoral e ex-Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Representação feminina: o avanço civilizatório das eleições de 2026

As eleições de 2026 deixarão marcas importantes na história política brasileira, especialmente pelo crescimento da representação feminina nos espaços de poder. Os resultados revelam avanços expressivos tanto no Congresso Nacional quanto nos Executivos estaduais.

A partir de fevereiro de 2027, a Câmara dos Deputados contará com 109 mulheres entre seus 513 integrantes: 19 a mais do que em 2022. Um crescimento de 21,1%! No Senado Federal, 12 mulheres foram eleitas entre as 54 vagas em disputa. O maior número em um único pleito desde a redemocratização! Consideradas aquelas cujos mandatos prosseguem, a bancada feminina alcançará, 18 das 81 cadeiras da Casa.

O avanço também alcançou os Executivos estaduais. Nas eleições de 2026, três mulheres foram eleitas governadoras: Mailza Assis, no Acre; Celina Leão, no Distrito Federal; e Raquel Lyra, reeleita em Pernambuco. O resultado iguala o recorde de 2006, há duas décadas, e supera as duas governadoras eleitas em 2022. Embora ainda representem apenas três das 27 unidades da Federação, essas conquistas demonstram que a ampliação da participação feminina começa a alcançar também os mais altos postos de comando político.

Os números são históricos e merecem celebração!

O avanço da presença feminina nos espaços de representação política consiste em um movimento relevante para o amadurecimento da democracia brasileira.

Mais mulheres ocuparão o Parlamento brasileiro, em um importante passo na superação de uma realidade historicamente marcada pela presença majoritariamente masculina nos espaços de poder. Ouso dizer que os resultados das eleições de 2026 podem ser compreendidos como expressão de um avanço civilizatório.

A democracia não se esgota na realização periódica de eleições, tampouco na garantia formal de que todos possam votar e ser votados. Uma democracia verdadeiramente representativa pressupõe que diferentes parcelas da sociedade tenham condições concretas de acessar os espaços de decisão.

Sob essa perspectiva, ampliar a presença feminina na política não constitui uma agenda de mulheres para mulheres. Trata-se, antes, de respeito à qualidade e à própria representatividade da democracia.

Esse avanço tampouco surgiu espontaneamente. Nas últimas décadas, o Brasil construiu, não sem resistência, mecanismos destinados a enfrentar obstáculos históricos à participação feminina na política. Após a política de cotas de candidaturas seguiram-se regras destinadas à distribuição de recursos e de tempo de propaganda.

A Emenda Constitucional nº 117/2022 consolidou a destinação mínima de 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela eleitoral do Fundo Partidário às candidaturas femininas, além de assegurar percentual correspondente do tempo de propaganda eleitoral gratuita.

Paralelamente, a Justiça Eleitoral passou a enfrentar com maior rigor práticas que transformavam a política afirmativa em mera formalidade, especialmente com as candidaturas fictícias utilizadas para o cumprimento artificial da cota de gênero.

Há, portanto, uma construção institucional por trás desse crescimento, a demonstrar que desigualdades historicamente consolidadas dificilmente são superadas apenas pela passagem do tempo. A abertura dos espaços de poder exige a identificação das barreiras existentes e a construção de mecanismos capazes de reduzi-las.

Os números mostram que esse processo começa a produzir frutos concretos. As mulheres representarão 21,2% da Câmara e 22,2% do Senado. No cenário internacional, o Brasil deverá avançar, em projeção, da 135ª para a 120ª posição no ranking da União Interparlamentar (IPU).

Mais do que estabelecer novos recordes, esses números revelam uma trajetória de ampliação da participação feminina na política brasileira.

Mas não é suficiente. Precisamos avançar mais e rápido. Ainda não alcançamos sequer os 30% trazidos pela legislação. Lembrando que a meta é a paridade de 50%, anseio de, ao menos, mais da metade do eleitorado brasileiro, já que as mulheres representam 52,8%.

A presença crescente das mulheres no Parlamento contribui para que aquilo que durante décadas foi excepcional se torne, progressivamente, parte natural da vida política do país. Há momentos em que os números deixam de ser apenas números para revelar transformações mais profundas — e o crescimento da representação feminina nas eleições de 2026 parece ser um deles.

WALTER PINHEIRO

Economista, jornalista e presidente da Tribuna da Bahia.

O desafio de reconstruir a confiança nas instituições e devolver à democracia o equilíbrio entre os Poderes

No último domingo, 120 milhões de brasileiros foram às urnas para escolher entre Luíz Inácio Lula da Silva e Flávio Nantes Bolsonaro qual deles ocuparia a Presidência da República nos próximos 4 anos. Com uma diferença de 4,4 milhões de votos, Lula venceu.

Foi uma disputa renhida, marcada por acusações e até xingamentos, episódios de acirramento político, estratégias questionáveis e pouco espaço para o debate sereno de ideias e propostas. Uma campanha que, em diversos momentos, se distanciou do espírito democrático que deve orientar a escolha dos destinos de uma Nação.

Que este resultado represente, acima de tudo, o encerramento de um ciclo de confrontos institucionais e de desgastes que comprometeram a confiança da população nas instituições republicanas. Que fique para trás um período em que a luta pelo poder ultrapassou os limites do debate político e alcançou até o Poder Judiciário, cuja credibilidade pública restou abalada.

A democracia não se sustenta apenas pela realização de eleições. Ela exige respeito à Constituição, observância das leis, liberdade de expressão e, sobretudo, independência e harmonia entre os Poderes da República.

Quando Montesquieu, no século XVIII, consolidou uma das formulações mais influentes para separação dos Poderes, visou a contenção do arbítrio e à preservação das liberdades individuais. Ao Legislativo cabe elaborar as leis e fiscalizar o Executivo; ao Executivo, administrar o Estado e executar as políticas públicas nos limites da legislação; e ao Judiciário, interpretar e aplicar o Direito, assegurando o cumprimento da Constituição e das leis.

Não se trata de uma divisão meramente formal. É um sistema de freios e contrapesos, concebido para impedir que qualquer Poder se sobreponha aos demais ou transforme sua autoridade em instrumento de dominação.

Embates entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto são normais. A divergência, quando respeitados os limites constitucionais, é parte legítima da vida democrática. O problema surge quando o conflito deixa de servir ao aperfeiçoamento das instituições e passa a alimentar crises permanentes, insegurança jurídica e desconfiança social.

Na última década, o protagonismo do Poder Judiciário — especialmente do Supremo Tribunal Federal — tornou-se objeto de intenso embate nacional. Decisões judiciais, interpretações constitucionais e intervenções em conflitos políticos passaram a dividir opiniões e a suscitar questionamentos sobre os limites da atuação de cada Poder.

Uma democracia não impõe concessões do Judiciário à vontade política de ocasião, tampouco admite que qualquer instituição permaneça imune à crítica. Exige, isto sim, que todos se submetam à Constituição, que as decisões sejam fundamentadas e que a autoridade pública seja exercida com responsabilidade, transparência e respeito às garantias individuais.

É nesse ambiente que o presidente reeleito recebe a difícil missão de promover a pacificação nacional, recuperar a confiança nas instituições e estimular condições favoráveis ao desenvolvimento brasileiro.

O desafio será governar para todos, inclusive para aqueles que não lhe deram o voto. Será necessário conciliar forças políticas divergentes, respeitar a autonomia dos Poderes.

O cidadão que trabalha, investe, empreende e sustenta sua família espera muito mais do que promessas eleitorais. Quer segurança pública, educação de qualidade, assistência à saúde, oferta de novos empregos e preservação das Liberdades.

A eleição confere legitimidade para governar, mas não concede poder ilimitado. A força de uma Presidência não se mede pela capacidade de confrontar adversários, e sim pela competência de construir soluções, respeitar as regras democráticas e unir o País em torno de objetivos comuns.

É hora de substituir o ressentimento pela responsabilidade, o radicalismo pelo diálogo e a implantação de novas pontes que conduzam a caminhos seguros. O Brasil não precisa de mais divisões. Precisa de liderança, equilíbrio, coragem administrativa e respeito às instituições.

Que os próximos anos sejam marcados menos pela discórdia e mais pela realização de reformas, pela modernização do Estado, melhoramentos na infraestrutura, pela ampliação das oportunidades e pela construção de um ambiente no qual, cada brasileiro, possa viver com dignidade e esperança.

Um novo Brasil não nasce apenas da vitória de um candidato nas urnas. Nasce quando a sociedade decide renovar seus compromissos com a liberdade, a justiça, a responsabilidade pública e o bem comum.

Que Deus ilumine os governantes e o povo brasileiro nessa caminhada!

CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

CM



Kassab tenta se recompor no jogo depois da aposta em Caiado

Voto distrital: a carta de Kassab para voltar ao jogo

Considerada uma das mais argutas raposas políticas em atividade, não se pode dizer nestas eleições que o presidente do PSD, Gilberto Kassab, tenha feito as apostas mais acertadas. Kassab apostou na construção de uma terceira via à polarização entre o lulismo e o bolsonarismo. Não deu nada certo. Candidato a vice na chapa do ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado, os dois ficaram apenas em quinto lugar ao final do primeiro turno. Caiado obteve 2,18% do total, ou 2,6 milhões de votos. Ficou atrás de Augusto Cury (Avante) e Renan Santos (Missão). Antes, algumas pesquisas chegaram a dar Caiado liderando no estado que governou. Mas ele acabou vítima do voto útil de direita em Flávio. Terminou em Goiás em terceiro, recebendo ali 12,29% dos votos, enquanto Flávio ficou com 53,61%. Certamente muito disso tudo se deve ao próprio perfil de Caiado: um político de direita.

Caiado não convenceu como alternativa

Portanto não exatamente alguém que pudesse aparecer como alternativa pelo centro à polarização. Muito menos com o perfil que sempre teve o PSD. A forma que Kassab optou para a escolha também foi meio controversa. Estimulou uma disputa interna de Caiado com os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e do Paraná, Ratinho Jr., com uma clara preferência por Ratinho. Quando Ratinho desistiu, optou por Caiado, escanteando Leite. Caiado não convenceu a quase ninguém como alternativa.

REPRODUÇÃO



Reeleita em Pernambuco, Raquel Lyra é ativo importante do PSD

Força na Câmara, nas cidades e nos estados

Porém, seria um erro considerar que o PSD seja carta fora do baralho político. É o partido com mais prefeitos no país. É a quarta bancada na Câmara, com 43 deputados, um a mais do que elegeu em 2022. Terá quatro senadores. Perdeu uma aposta importante com Eduardo Paes, no Rio de Janeiro. Mas foi o partido que mais elegeu governadores, com Raquel Lyra em Pernambuco, Omar Aziz no Amazonas, Dr. Furlan no Amapá, Eduardo Braide no Maranhão e Fabio Mitidieri em Sergipe.

Importância no Centrão

Terá, assim, um papel importante na recomposição que o Centrão já ensaia para se contrapor ao avanço da direita representado pelo PL. Ao participar nesta terça-feira (27) do evento "Brasil Quadriênio 2027/2030 – O que esperar dos eleitos?", promovido pelo Dominiun Group, Kassab apresentou sua carta: a defesa do voto distrital misto no país como ponto principal de uma reforma política.

Contra os Tik Tokers

Ainda que tenha dito ser uma proposta difícil de avançar, no fundo o caminho pode ser outro junto aos políticos tradicionais do Centrão. Mais e mais, eles têm perdido espaço para os "políticos Tik Tokers", a turma que ganha espaço nas redes sociais, obtendo votos dispersos nos estados. A ideia concentra os votos nas base eleitorais.

Não discutem o país

Kassab disse isso claramente no evento. Para ele, o atual sistema favorece candidatos que conquistam votos em várias cidades dispersas sem manter vínculos com os eleitores. Para o presidente do PSD, isso gera o que se vê quase todo dia no Congresso: uma turma gravando selfies para construir cortes para as redes em vez de discutir o país.

Questão fechada

A disposição de Kassab é tão grande que, pela primeira vez, ele resolveu que fechará questão sobre o tema, ameaçando mesmo de expulsão aqueles que ficarem contra a ideia do voto distrital misto. "É uma decisão que a gente tomou pelo bem do Brasil", afirmou. "Podemos ficar até com um parlamentar, com dois, mas é irreversível".

Como funciona

Tal ideia já vinha em discussão. E chegou até a ser defendida pelo ministro do STF Alexandre de Moraes e pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos). No voto distrital misto, parte dos deputados é eleita por distritos (seções dos estados), e parte pelo modelo tradicional, como é hoje. O sistema distrital puro é adotado nos EUA.

Distritos

Os estados, então, seriam divididos em vários distritos. E, em cada um desses distritos, seria eleito o candidato com mais votos. Digamos que os distritais sejam a metade. Na outra metade, a bancada seria eleita pelo sistema proporcional. São Paulo, por exemplo, tem 70 deputados: 35 seriam no modelo distrital e outros 35 no proporcional.

Reforma política

Esse seria, na posição de Kassab, o primeiro passo de uma profunda reforma política. E essa seria a agenda principal do PSD para o ano que vem. A segunda agenda seria a reforma do Judiciário, que também parece algo inevitável a partir do próximo ano. Ela chegou a ser defendida pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agora reeleito.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Lula: relação com um Congresso mais à direita será grande desafio

Lula já vislumbra dificuldades bem maiores com o Congresso

Analista avalia que presidente terá que ceder mais ao Centrão

Por **Beatriz Matos**

Após conquistar a reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já inicia suas articulações políticas e econômicas para o seu quarto mandato em 2027. Logo no dia seguinte após o segundo turno eleitoral, nesta segunda-feira (26) Lula se reuniu com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tratar da relação com o Congresso.

O presidente enfrentará desafios com a nova legislatura do poder Legislativo, que é majoritariamente de direita e de oposição ao governo. Somente do Partido Liberal (PL), a maior bancada em ambas as Casas, foram eleitos 121 deputados federais e 28 senadores. Somados com os demais senadores de oposição eleitos, a direita soma ao menos 50 das 81 cadeiras do Senado. Apesar de o Partido dos Trabalhadores ser a segunda maior bancada da Câmara, com 70 deputados eleitos, o número é consideravelmente inferior aos demais parlamentares do PL e da direita.

Diante desse cenário, para a analista política na BMJ Consultores Raquel Alves "será uma relação mais difícil entre Lula e o Congresso, de extrema dependência do Centrão". "Lula terá que dialogar mais, ceder mais para o Centrão e sobretudo reavaliar a estratégia de 'Congresso inimigo do povo', de 'nós contra eles'", ponderou Raquel em entrevista ao Correio da Manhã.

Outro desafio para Lula será no âmbito econômico. Também na segunda-feira, o presidente se reuniu com os ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Planejamento e Orçamento, Bruno Morett, para discutirem pautas econômicas em meio à reação negativa do mercado financeiro ao resultado eleitoral. Após a divulgação da vitória de Lula, o dólar chegou a R$ 5,406 (uma alta de 8,36%) e o Ibovespa, o principal índice da Bolsa de Valores brasileira, chegou a cair 16 pontos percentuais.

Apesar da avaliação negativa do mercado, Raquel Alves avaliou que "à medida que o governo começar a apresentar os planos reais, sinalizar a composição da nova equipe econômica, o ambiente de extrema tensão visto melhorará". Contudo, ela reiterou que, apesar da melhora, a tendência da relação entre o governo e o mercado financeiro é de uma relação tensa.

JORNAL DE TURISMO

POR **SÉRGIO NERY**

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL



Presidente Lula discursa após a vitória nas urnas de 2026

Quarto mandato de Lula e novos desafios para o turismo brasileiro

Reeleito no domingo (25), o presidente Lula terá pela frente o desafio de consolidar a expansão do turismo brasileiro. O setor vive uma fase de recordes históricos de visitantes e de receitas internacionais, mas ainda está longe de aproveitar plenamente a diversidade cultural, natural e territorial do país. Foi Lula quem criou o Ministério do Turismo, em 2003, dando à atividade espaço próprio na estrutura federal. Para 2027 a 2030, seu programa prevê ampliar viagens domésticas, promover o Brasil no exterior, desenvolver roteiros ligados à cultura, gastronomia e natureza e valorizar parques nacionais. São diretrizes bem-vindas, que precisam sair do papel. O próximo passo é combinar esse potencial com metas claras, infraestrutura, conectividade aérea e condições para que o turismo gere renda em mais regiões. Recordes são importantes, competitividade duradoura, ainda mais.

Continuidade deve pesar nas escolhas

A montagem da equipe merece atenção. Na Embratur, Bruno Reis reúne credenciais para seguir, já que conhece bem a casa: começou como estagiário, ocupou funções técnicas e chegou à presidência. A instituição ganhou autonomia ao virar agência em 2020, no governo Bolsonaro. A promoção do país exige horizonte de longo prazo. Gustavo Feliciano, no MTur, também tem experiência no setor. Mais do que nomes, importa preservar equipes técnicas e projetos para cumprir as metas do Plano Nacional de Turismo (PNT).

RENATO VAZ/EMBRATUR



Bruno Reis deve permanecer no comando da Embratur

Vistos: uma barreira a reconsiderar

A isenção de vistos concedida no governo de Jair Bolsonaro a turistas dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão reduziu a burocracia de entrada no Brasil. Lula retomou a exigência para os três primeiros países, em nome da reciprocidade diplomática; o Japão permanece dispensado por acordo bilateral. A diplomacia tem seus critérios, mas cabe perguntar se essa exigência combina com o esforço de atrair visitantes de mercados estratégicos. Desburocratizar, ou seja, facilitar o acesso ao país, também é política de turismo.

Propostas exigem execução e metas

O plano de Lula prevê Fungetur, novos roteiros, economia criativa e valorização dos parques nacionais. São propostas promissoras, mas precisam sair do papel. O Brasil enfrenta passagens caras, longas distâncias dos mercados emissores, gargalos de infraestrutura e o custo Brasil. Para avançar, o próximo mandato deve definir prioridades, recursos e prazos. O turismo merece ser tratado como política de Estado.

Tarifa aérea

As passagens aéreas ficaram 42,5% mais caras no Brasil em setembro de 2026, frente ao mesmo mês de 2025, segundo o IPCA/IBGE. O dado, reunido em levantamento da ClickBus, contrasta com a inflação geral de 4,6% no período. A alta evidencia o peso do transporte aéreo no orçamento de quem precisa viajar pelo território nacional.

Ônibus

As tarifas de ônibus subiram 8,7% entre setembro de 2025 e setembro de 2026, segundo índice da ClickBus. De janeiro a setembro, na comparação com o mesmo período de 2025, a alta foi de 6,4%, contra 27,6% das passagens aéreas, segundo o IPCA/IBGE. As bases são distintas, mas mostram menor pressão no modal rodoviário.

Promoção Integrada

O Ministério do Turismo defende promover destinos turísticos sul-americanos em conjunto, proposta debatida no Mercosul, no Uruguai. O portal Visit South America reunirá atrativos de seis países. A ideia é ampliar a presença da América do Sul no turismo internacional, mas seu sucesso dependerá de melhores conexões entre os destinos.

TAP no Maranhão

A TAP Portugal iniciou a ligação regular entre Lisboa e São Luís, primeira rota intercontinental do Maranhão, com dois voos semanais. A conexão amplia o acesso de turistas europeus aos Lençóis Maranhenses e a outros destinos e atrativos do estado. O desafio será garantir demanda suficiente para manter as frequências. Potencial não falta.

Malha Azul

A Azul transportou mais de 22,7 milhões de passageiros de janeiro a setembro, segundo dados da Anac divulgados pela companhia. A rota Recife–Viracopos liderou em volume de passageiros. O resultado evidencia a importância dos centros de conexão da Azul, especialmente Recife e Campinas, para a distribuição dos voos pelo país.

Formalização

O Cadastur ultrapassou a marca de 200 mil registros em outubro, crescimento de 7% em relação ao mesmo período de 2025, segundo o Ministério do Turismo. O cadastro reúne empresas e profissionais de diferentes segmentos turísticos. O avanço indica maior adesão à formalização e amplia a identificação dos prestadores de serviços do setor.

FRANKIE MARCONE/MTUR



Praia do Forte, em Natal, um dos destaques da Região Nordeste

Turismo internacional rende R$ 45,6 bilhões ao Brasil

Receita do setor até setembro bate recorde. Nordeste ganha espaço

Da **Redação**

O Brasil recebeu US$ 8,38 bilhões (R$ 45,6 bilhões) em gastos de visitantes estrangeiros entre janeiro e setembro de 2026, o maior valor da série histórica para os nove primeiros meses do ano. O levantamento do Banco Central, divulgados nesta segunda-feira (26), apontam crescimento de cerca de 9% em relação ao mesmo período de 2025 e mostram o peso do turismo internacional na entrada de divisas e o impacto positivo na economia nacional.

Só em setembro, os visitantes deixaram US$ 904,7 milhões (R$ 4,9 bilhões) no país, outro recorde para o mês. A receita circula por hotéis, restaurantes, transportes, comércio e serviços turísticos, mas o resultado nacional não revela, sozinho, como os ganhos são distribuídos entre regiões e trabalhadores.

O recorde acompanha a expansão do fluxo de visitantes. Mais de 7 milhões de estrangeiros chegaram ao Brasil de janeiro a setembro, com 4,9 milhões de entradas por via aérea, avanço de 9,7% em relação ao mesmo período de 2025.

Para o presidente da Embratur, Bruno Reis, a diversificação dos países de origem dos turistas tem papel nesse desempenho. "O que estamos vendo com esses resultados é que o gasto médio do turista cresceu a partir da diversificação de mercados que passamos a atrair por meio do Plano Brasis", afirmou. A declaração expressa a avaliação da agência; os números divulgados não trazem, por si, uma comparação detalhada do gasto individual.

Entre os 23 mercados estratégicos acompanhados pelo Plano Brasis, 20 tiveram aumento nas chegadas. A China liderou o crescimento percentual, com 78% de alta no acumulado do ano. Colômbia (25,5%), México (22,8%), Peru (16,6%) e Canadá (13,5%) também avançaram.

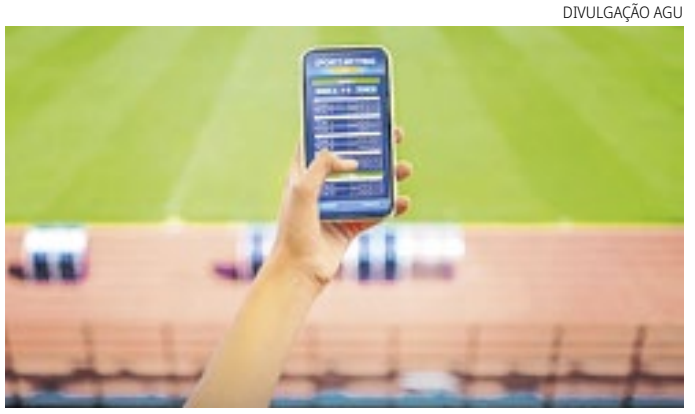
NORDESTE

O Nordeste registrou crescimento de 27,1% nas chegadas internacionais, acima dos 7,7% do Sudeste. Na entrada por avião, Rio Grande do Norte (124,6%), Alagoas (88,1%) e Pernambuco (65,2%) tiveram altas expressivas, embora percentuais elevados não indiquem, necessariamente, os maiores volumes absolutos. O desafio agora é converter o impulso da demanda externa em empregos, renda e oportunidades que alcancem mais destinos brasileiros.

CORREIO JURÍDICO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO AGU



AGU ingressa com ações contra oito empresas não cumpriram prazo

Justiça obriga bet a informar valores retidos de apostadores

A Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou que a Select Operations, responsável pelas bets MMA, Betvip e Papigames, informe os saldos não resgatados por apostadores e os valores mantidos nas contas de movimentação. A decisão prevê multa diária de R$ 50 mil, limitada inicialmente a R$ 1 milhão. A medida atende a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), que acionou oito empresas por descumprirem o prazo de 7 de outubro para fornecer os dados exigidos pela MP 1.349/2026. As informações permitirão que bancos devolvam os valores remanescentes aos apostadores. A Justiça também determinou que os recursos destinados à restituição sejam mantidos separados nas contas transacionais. As demais ações ainda aguardam decisão. A AGU argumenta que os dados são essenciais para identificar quanto cada empresa deve e garantir a devolução do dinheiro aos titulares.

CNJ debate regras contra o crime organizado

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) debateu a aplicação do Marco Legal do Combate ao Crime Organizado (Lei 15.358/2026), incluindo regras de competência para julgar crimes dolosos contra a vida ligados a organizações criminosas. A Rede Nacional de Juízes com atuação na área também discutiu varas especializadas, segurança de magistrados e análise de prisões preventivas. Foi proposta a criação de um núcleo nacional de apoio técnico para casos complexos. A próxima reunião está prevista para o início de 2027, no Rio de Janeiro.

AGÊNCIA CNJ



Magistrados discutem varas especializadas e segurança judicial

AGU fecha acordo de R$ 18 milhões com a ANS

A Advocacia-Geral da União (AGU) firmou acordo para regularizar dívida de R$ 18,2 milhões da operadora IBBCA Gestão com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A negociação abrange 99 execuções fiscais, com parcelamento em 84 vezes e desconto de 40% sobre multas, juros e encargos. O valor foi reduzido para R$ 14,6 milhões, e cerca de R$ 2,2 milhões serão recuperados inicialmente por depósitos judiciais. A medida busca reduzir litígios e tornar a cobrança de créditos públicos mais eficiente.

STF debate futuro das bets em audiência pública

O ministro Luiz Fux, do STF, convocou audiência pública para 3 de novembro, às 10h, para discutir os impactos da MP que proíbe as bets no país. O debate ocorre no âmbito de ação que questiona a constitucionalidade da medida e reunirá 26 instituições, incluindo representantes do governo, do setor de apostas e de clubes de futebol. A audiência busca avaliar os efeitos da proibição e subsidiar a análise do Supremo.

Metas do Judiciário I

A população pode contribuir até 3 de novembro com as Metas Nacionais do Judiciário para 2027. O CNJ abriu consulta pública sobre prioridades como conciliação, redução de processos acumulados, ações ambientais e combate à violência doméstica. A participação é feita pela internet, no portal do órgão, e busca aproximar a Justiça das necessidades da sociedade.

Metas do Judiciário II

A consulta do CNJ inclui propostas para proteger crianças e adolescentes, comunidades indígenas e quilombolas, combater o racismo e incentivar a inovação. As sugestões serão analisadas antes da votação pelos presidentes dos tribunais, em 30 de novembro e 1º de dezembro, em Fortaleza. As Metas 1 e 2 já estão definidas e não integram a consulta pública.

Jornada de terapeutas

O STF reafirmou que municípios não podem fixar jornada superior a 30 horas semanais para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, conforme a Lei 8.856/1994. A decisão, com repercussão geral, deverá ser aplicada pelos tribunais em casos semelhantes, garantindo o cumprimento do limite legal estabelecido para as duas profissões.

Justiça e reeleição

Após a reeleição de Lula, lideranças do STF, TSE, Câmara e Senado defenderam respeito à vontade popular, pacificação e fortalecimento das instituições democráticas. O presidente do STF, Fachin, destacou a importância da estabilidade institucional e da harmonia entre os Poderes. Já os presidentes da Câmara e do Senado pediram união do país e diálogo.

Rastreamento de minérios

O MPF acionou a Justiça para obrigar a União a criar um sistema de rastreamento da cassiterita e do estanho. A ação aponta que 525 toneladas extraídas da Terra Yanomami foram registradas por uma cooperativa de fachada, em esquema que movimentou mais de R$ 54 mi. O órgão pede controles para comprovar a origem do minério e combater a mineração ilegal.

OAB e os Tribunais

A Comissão da OAB definiu metodologia para monitorar precedentes qualificados no STF, STJ e TST. A proposta prevê planilhas compartilhadas para organizar processos relevantes, classificar assuntos por área do Direito e identificar temas de interesse institucional da Ordem e da advocacia. O objetivo é padronizar o acompanhamento.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL



Supremo preserva ações em andamento e decisões definitivas sobre o piso

STF fixa para 2027 piso salarial de professores temporários

Decisão afasta retroatividade para entes que já adotaram o pagamento

Da **Redação**

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu os efeitos da decisão que reconheceu o direito dos professores temporários da rede pública de educação básica ao piso salarial nacional do magistério. Por unanimidade, o Plenário estabeleceu que estados e municípios que ainda não implementaram o pagamento deverão aplicar o entendimento a partir de 1º de janeiro de 2027. Para os entes que já adotaram o piso, foi afastada a cobrança retroativa. A decisão foi tomada no julgamento de embargos de declaração no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.487.739, com repercussão geral (Tema 1.308), encerrado em 23 de outubro.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, acolheu parcialmente recursos apresentados por Pernambuco e Piauí, que questionaram os efeitos financeiros da decisão anterior. Foram preservadas as ações judiciais que já estavam em andamento até 16 de abril de 2026, data do julgamento do mérito, além das decisões definitivas que reconheceram o direito ao piso.

Em abril, o STF havia decidido que o piso previsto na Lei 11.738/2008 também se aplica a professores contratados temporariamente. Para a Corte, a Constituição não restringe a garantia aos profissionais efetivos, pois a valorização do magistério público independe da natureza do vínculo com a administração.

O caso teve origem em ação de uma professora temporária de Pernambuco, que pediu diferenças salariais por receber remuneração inferior ao piso nacional. Após o julgamento, os dois estados alegaram que pagamentos retroativos poderiam gerar despesas elevadas e comprometer o planejamento orçamentário.

Ao analisar os recursos, Moraes rejeitou os questionamentos sobre diferenças remuneratórias entre efetivos e temporários e sobre reflexos do piso em outras parcelas salariais. Segundo o ministro, esses pontos já haviam sido examinados no julgamento original. A modulação dos efeitos buscou delimitar a aplicação temporal da decisão, respeitando a segurança jurídica e situações já consolidadas.

Na ocasião, a Corte também limitou a 5% do quadro efetivo a cessão de professores efetivos a outros órgãos dos três Poderes, até que lei regulamente a matéria.